

ISSN 18078834

BNIB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

72

Jul/Set 2022



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

José Gomes da Costa

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa,
Bruno Ricardo Pena de Sousa,
Hailton José Fortes,
Haroldo Maia Júnior,
Lourival Nery dos Santos e
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira
Allisson David de Oliveira Martins

Serviços
Allisson David de Oliveira Martins

Comércio Varejista e Turismo
Laura Lúcia Ramos Freire

Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiária
Ana Lara Rodrigues Viana

Jovem Aprendiz
Isabelle Iorrana Braga da Silva
Alexandre de Oliveira do Nascimento

Tabulação de Dados
Bruno Gabai
José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão
Hermano José Pinho

Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária	7
3 Atividade Industrial	14
4 Setor de Serviços	20
5 Varejo	22
6 Turismo	26
8 Comércio Exterior	35
9 Finanças Públicas	43
10 Intermediação Financeira	51
11 Índices de Preços	56
12 Cesta Básica	60

1 Atividade Econômica

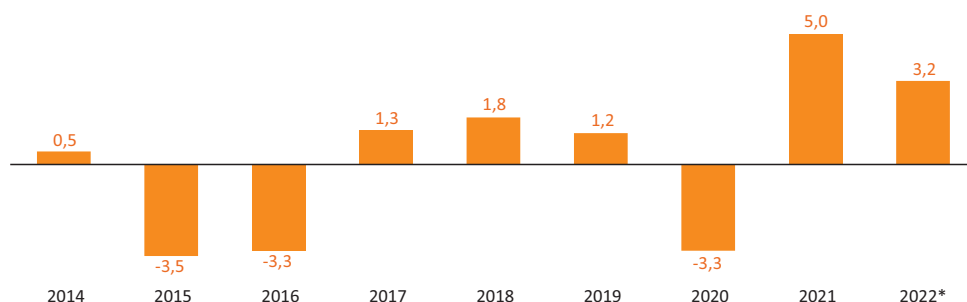
1.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de janeiro a setembro de 2022, registrou avanço de 3,2%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda segundo o IBGE, em termos de dinâmica econômica, o resultado do nível de atividade do País no 3º trimestre de 2022 chegou ao maior patamar da série histórica, iniciada em 1996. Na comparação com o trimestre anterior, é a quinta taxa positiva do indicador.

O crescimento da economia nos nove primeiros meses do ano, em grande parte, é reflexo do relaxamento das medidas sanitárias e da melhora do mercado de trabalho, que repercutiram positivamente na elevação do nível de atividade econômica, sobretudo no setor de Serviços, que detém o maior peso econômico relativo.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2022*



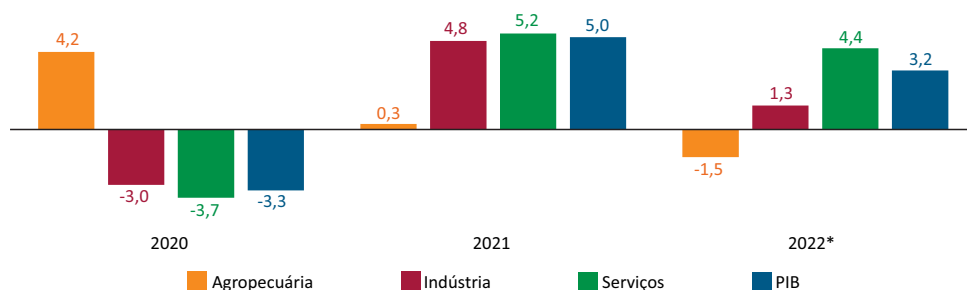
Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

*2022 Acumulado do ano até o 3º. Trimestre de 2022, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Pela ótica da oferta, no acumulado de janeiro a setembro de 2022, o setor de Serviços avançou 4,4%, enquanto a indústria registrou menos intensa, 1,3%. Em outro sentido, a agropecuária recuou 1,5% no acumulado dos nove primeiros meses de 2022.

O setor de Serviços registrou performance positiva, especialmente em razão dos avanços em Outras atividades de serviços (12,1%), Transporte, armazenagem e correio (9,5%) e Informação e comunicação (5,6%) ao passo que Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,2%) apresentaram variação negativa.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao ano anterior - 2020 a 2022*

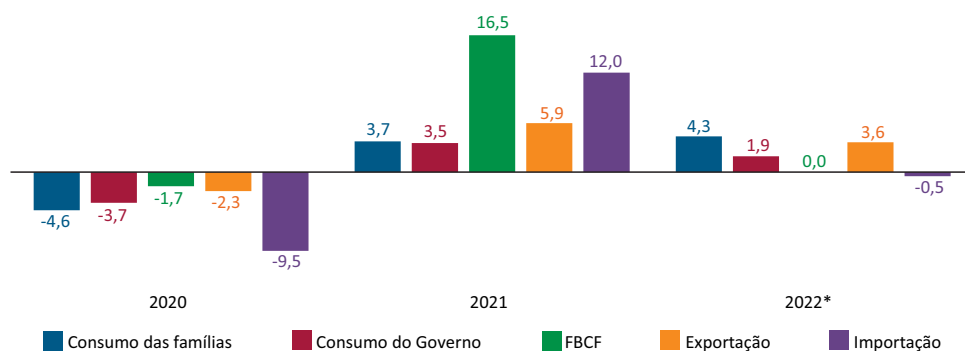


Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

*2022 Acumulado do ano até o 3º Trimestre, comparado ao mesmo período do ano anterior.

O PIB, pela ótica da demanda, apresentou avanço no acumulado dos três primeiros trimestres de 2022, na comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente pelo crescimento de 4,3% no Consumo das Famílias e 3,6% nas exportações.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Demanda - % em relação ao ano anterior - 2020 a 2022



Fonte: IBGE (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

*2022 Acumulado do ano até o 3º Trimestre, comparado ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, avançou 3,2% nos últimos doze meses, terminados em setembro de 2022. Com este resultado, a economia do Nordeste figura como a 2ª região que mais cresce em 2022, pela métrica de avaliação do acumulado dos últimos doze meses. A Região Centro-Oeste, com avanço de 4,7% na mesma base de comparação, é a que mais cresce no nível de atividade econômica. No acumulado do ano, de janeiro a setembro, pelo indicador do Banco Central, a atividade econômica nordestina cresceu 4,2%, superior ao ritmo de crescimento no Brasil (+2,9%).

O Estado da Bahia, com crescimento de 3,1% nos últimos doze meses, entre os estados do Nordeste divulgados pelo Bacen, foi o maior responsável pela performance positiva no indicador regional. O avanço do índice de atividade estadual (IBCR-BA) decorreu da melhora em indicadores econômicos estratégicos para o Estado, a exemplo da elevação no volume de atividades turísticas e serviços.

Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram também indicadores positivos na atividade econômica nos últimos doze meses, uma vez que o primeiro teve performance positiva de 1,3%, enquanto o último avançou 3,1%.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento no ano - 2016 a 2022*

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022*
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,1	-4,0	4,6	2,3
Nordeste	-4,8	0,7	1,3	0,4	-3,7	2,9	3,2
Bahia	-5,4	0,0	2,1	-0,3	-4,4	2,1	3,1
Ceará	-3,9	1,3	1,8	1,8	-4,1	3,8	2,7
Pernambuco	-0,6	1,5	2,2	1,9	-3,1	4,7	2,3
Sudeste	-3,9	0,9	1,3	1,7	-3,0	4,3	2,3
Espírito Santo	-7,4	0,4	2,6	-3,7	-5,7	6,9	1,3
Minas Gerais	-2,9	0,3	0,6	-0,2	-1,7	5,1	3,1

Fonte: Banco Central do Brasil, 2022. Elaboração: BNB/Etene (2022).

* Últimos 12 meses, terminados em setembro/2022.

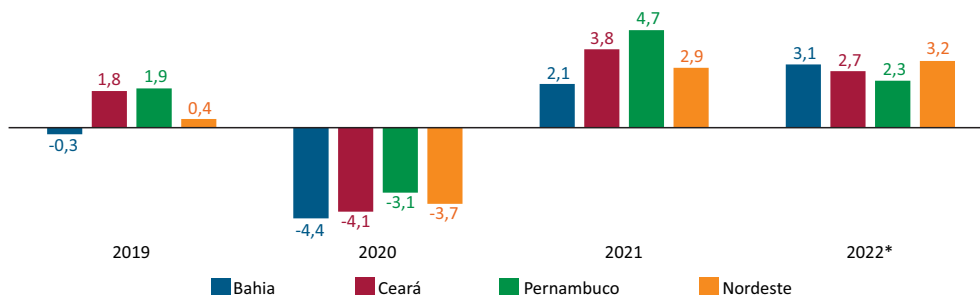
No Brasil, a dissipação dos efeitos da pandemia na economia continuou em marcha, sobretudo em decorrência da flexibilização das medidas sanitárias nos últimos meses, combinada com o retorno das atividades empresariais e, fundamentalmente, da melhora do nível de emprego, que contribuíram, em grande medida, para maior tracionamento econômico, e refletiu no indicador IBC-Br do Bacen.

A atividade econômica do Nordeste em 2022 deve continuar em crescimento, favorecida pelo progressivo avanço dos serviços, em particular do turismo; da melhora do emprego e do processo de

BNB Conjuntura Econômica Jul/Set/2022

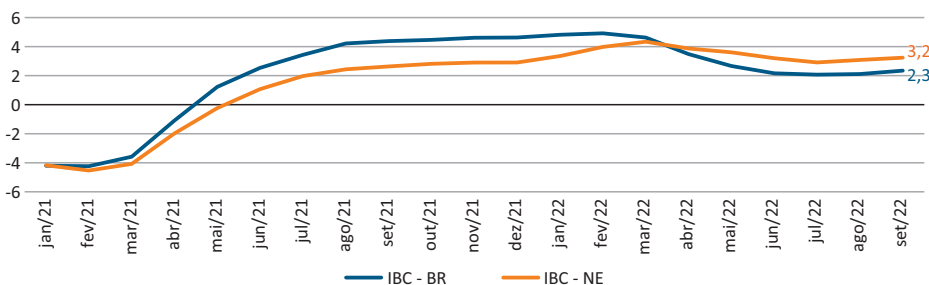
desinflação; e pelos efeitos dos pagamentos do Auxílio Brasil, apesar do aperto das condições financeiras, com a trajetória crescente dos juros.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2022*



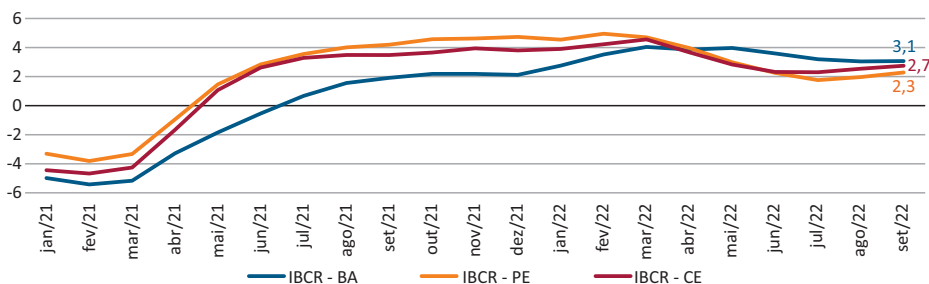
Fonte: Banco Central do Brasil, 2022. Elaboração: BNB/Etene (2022).
*2022 refere-se ao acumulado dos últimos 12 meses, terminados em setembro/2022.

Gráfico 5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/21 a Set/22



Fonte: Banco Central do Brasil, 2022. Elaboração: BNB/Etene (2022).

Gráfico 6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Bahia, Pernambuco e Ceará - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/21 a Set/22



Fonte: Banco Central do Brasil, 2022. Elaboração: BNB/Etene (2022).

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2022). Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2022). Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Relativo ao levantamento da safra para 2022, realizado pelo IBGE, o mapeamento das culturas mostra que as produtividades se mantêm elevadas, com produções agrícolas alcançando recordes, fruto de investimentos em tecnologias e práticas de manejo adequadas, mesmo frente às intempéries climáticas, foi a maior safra já produzida.

A estimativa na produção nacional de grãos alcançou 261,8 milhões de toneladas em 2022, crescimento de 3,4% (+8,6 milhões de toneladas) frente à observada em 2021, de 253,2 milhões de toneladas (Tabela 1). Entre as principais causas do ganho na produção de grãos estão o aumento da área plantada e também do melhor desenvolvimento dos ciclos das lavouras, principalmente nas culturas do algodão, milho e soja, devido às condições climáticas que vêm favorecendo o desenvolvimento de algumas culturas.

A área plantada com grãos, no País, é estimada em 73,3 milhões de hectares em 2022, aumento de 7,2% frente à safra anterior. Considerando a proporção de área plantada para as culturas da soja e milho, com 55,9% e 29,0% de participação, nesta ordem, soja e milho obtiveram significativos avanços na área plantada, +5,8% e +8,9%, frente à safra passada, respectivamente.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (toneladas) - 2021 e 2022

País / Região / Estados	Safra 2021		Safra 2022		Var. (%) 2021/2020
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	12.283.311	4,7	14.015.830	5,4	14,1
Nordeste	23.027.828	8,8	25.361.437	9,7	10,1
Maranhão	5.727.585	22,6	5.998.464	23,7	4,7
Piauí	5.055.287	19,9	5.955.222	23,5	17,8
Ceará	564.881	2,2	672.642	2,7	19,1
Rio Grande do Norte	27.985	0,1	53.063	0,2	89,6
Paraíba	79.552	0,3	117.578	0,5	47,8
Pernambuco	138.545	0,5	268.491	1,1	93,8
Alagoas	130.991	0,5	141.771	0,6	8,2
Sergipe	798.620	3,1	792.499	3,1	-0,8
Bahia	10.504.382	41,4	11.361.707	44,8	8,2
Sudeste	24.549.877	9,4	27.635.232	10,6	12,6
Sul	76.860.725	29,4	65.053.402	24,8	-15,4
Centro-Oeste	116.484.097	44,5	129.799.300	49,6	11,4
Brasil	253.205.838	96,7	261.865.201	100,0	3,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Entre as Regiões, a produção de grãos obteve acréscimos no Norte (+14,1%), Sudeste (+12,6%), Centro-Oeste (+11,4%) e Nordeste (+10,1%). O Centro-Oeste deverá produzir 129,8 milhões de toneladas de grãos (49,6% do total do País), o Sudeste, 27,6 milhões de toneladas (10,6%), Nordeste, 25,3 milhões de toneladas (9,7% do total) e Norte, 14,0 milhões de toneladas de grãos (5,4% do total do País), conforme dados do Gráfico 1.

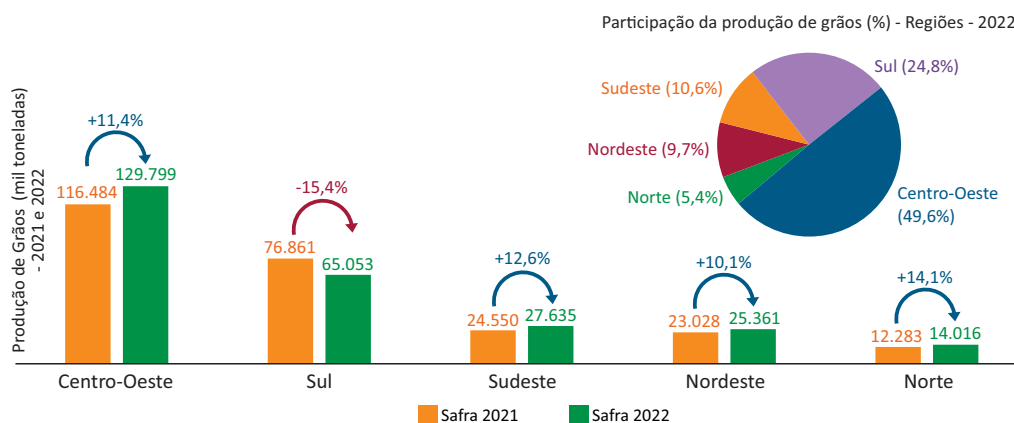
Enquanto, a Região Sul, mesmo com participação significativa de 24,8% da produção do País, deverá registrar quebra de safra de -13,4%, reduzindo em 11,8 milhões de toneladas de grãos. Essa quebra de safra é consequência, em grande medida, das condições climáticas adversas nos estados da Região Sul, com diminuição das temperaturas e ocorrências de geadas.

A estimativa para a Safra de grãos do Nordeste em 2022 deverá ser Record, alcançando 25,3 milhões de toneladas de grãos. Assim, com avanço de 10,1%, o Nordeste configura em quarto lugar em crescimento e em produção relativa à Safra de grãos no País, frente à safra passada, conforme dados do Gráfico 1.

Em setembro de 2022, a distribuição das chuvas na Região Nordeste não ocorreu de forma uniforme. Os acumulados de chuva concentravam-se na costa leste da região SEALBA (Sergipe, Alagoas e Bahia), favorecendo ao armazenamento de água no solo e às lavouras em desenvolvimento, com exceção do interior da Bahia. Na macrorregião produtora MATOPIBA (oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí), não houve registros acumulados de chuvas (ou volumes de chuva inferiores a 20 mm), causando restrição hídrica em algumas áreas produtoras (Conab, 2022).

A área plantada no Nordeste foi de 8,9 milhões de hectares, em 2022, crescimento de 6,3% frente à safra passada. O destaque na área plantada fica para as culturas de soja e milho, que representam, respectivamente, cerca de 42,7% e 33,5% da área plantada destinada ao cultivo de grãos na Região. Na variação frente à safra do ano anterior, sorgo (+17,8%), milho (+7,8%), algodão (+7,6%) e soja (+6,7%) aumentaram a área destinada ao plantio em 2022, de maneira geral, com boas condições climáticas nas áreas produtoras.

Gráfico 1 – Produção de grãos (mil toneladas) e variação (%) - Brasil e Regiões - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022a).

Quanto aos estados da Região Nordeste, oito deverão apresentar ganhos na produção de grãos na Safra 2022. As principais altas nas estimativas da produção de grãos em relação à safra passada ocorreram em Piauí (+899.935 t), Bahia (+857.325 t), Maranhão (+270.879 t) Pernambuco (+129.946 t) e Ceará (+107.761 t), vide Gráfico 2.

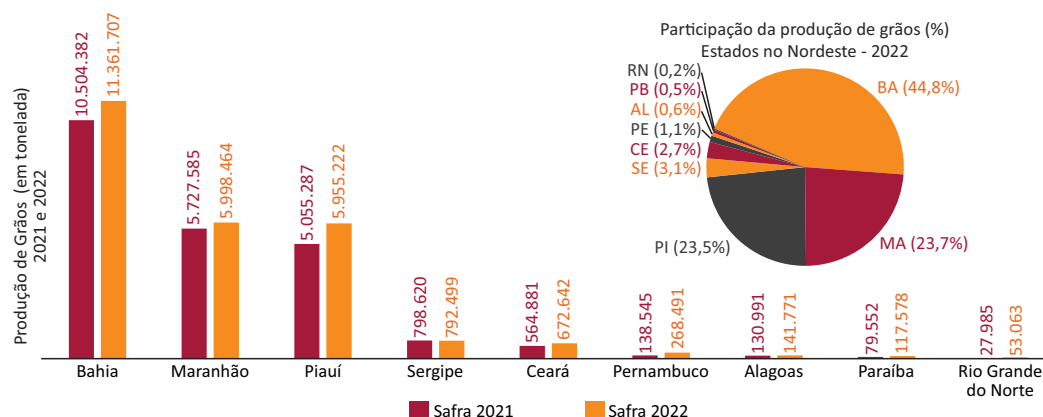
Quanto ao crescimento anual, Pernambuco apresenta maior variação, aumento de +93,8%, frente à Safra passada, seguido por Rio Grande do Norte (+86,6%), Paraíba (+47,8%), Ceará (+19,1%), Piauí (+17,8%), Alagoas (+8,2%), Bahia (+8,2%) e Maranhão (+4,7%), crescimentos na produção de grãos superiores à média nacional (+3,4%). Apenas Sergipe (-0,8%) registra queda na Safra de 2022.

Dentre os grandes produtores de grãos do Nordeste, Bahia lidera como o maior produtor regional de grãos, com participação de 44,8%. Em seguida, Maranhão (23,7%) e Piauí (23,5%), que, somados os três estados representam 91,9% do total da produção regional de grãos na Safra de 2022.

Nestes estados, a soja é o principal produto cultivado. Na Bahia, a participação da soja alcançou 52,4% da produção regional em 2022; No Maranhão e Piauí, a participação foi de 25,1% e 22,3% da soja produzida no Nordeste, respectivamente.

Segundo o IBGE, as estimativas dos aumentos na produção de soja no Piauí (+13,5%), Maranhão (+8,3%) e Bahia (+6,0%) são reflexos do crescimento da área colhida e ganho de produtividade, impulsionados pelos preços da *commodity*.

Gráfico 2 – Estados do Nordeste: Participação (%) e Produção de grãos (toneladas) - 2021 e 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Nota (1): Participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2022 as produções de soja (119,5 milhões de toneladas), milho (109,5 milhões de toneladas, com *Record* em sua produção) e arroz (10,6 milhões de toneladas). As três culturas representam 91,5% do total produzido de grãos no País, além de responderem por 87,1% da área colhida.

Quando comparada com as safras de 2021, no País, mamona (+32,0%), amendoim (+27,0%), milho (+24,8%), trigo (+23,0%), algodão (+15,3%), sorgo (+12,4%), e feijão (9,4%) apresentaram incrementos em suas respectivas produções em 2022. As estimativas de declínio na produção ficaram para os cultivos de soja (-12,0%) e arroz (-8,5%).

Além da produção de grãos, no levantamento das safras do IBGE, cabem ainda destacar os crescimentos das produções nacionais da castanha-de-caju (+10,7%), café (+6,6%), laranja (+4,4%) e banana (+1,0%). Por outro lado, uva (-11,8%), tomate (-6,5%), fumo (-7,2%), cacau (-7,1%), batata-inglesa (-2,5%) e mandioca (-1,4%) devem apresentar declínios na safra de 2022.

No Nordeste, os resultados para a Safra de 2022 são bastante promissores. Na produção de grãos, deverão se destacar em crescimento as produções de mamona (+33,5%), feijão (+25,7%), sorgo (+20,9%), milho (+12,7%), café (+12,8%), castanha-de-caju (+10,8%), trigo (+10,4%), mandioca (+8,9%) e soja (+8,1%), conforme dados da Tabela 2. Enquanto, a produção de arroz deverá apresentar declínio de -1,0%, na safra de 2022.

Na Região, o crescimento da produção do feijão de +25,7%, propicia aumento de 129,1 mil toneladas, impulsionado principalmente pelo avanço do plantio na Bahia que gerou incremento de 54,7 mil toneladas de feijão, ou seja, crescimento de +28,9% frente à safra passada; Pernambuco (incremento na produção de +41,2 mil toneladas, e crescimento na produção de +58,4%) e Piauí (+16,2 mil toneladas, +30,4%). A colheita do feijão foi influenciada, sobretudo, devido à ocorrência das chuvas dentro do calendário agrícola, que favoreceu o plantio nas grandes regiões produtoras.

A Bahia deverá obter produção de 243,9 mil toneladas de feijão, cerca de 38,6% da produção de feijão regional; assim, permanece como o maior detentor da produção de feijão regional em 2022. Na sequência, têm-se Pernambuco e Ceará, com 17,7% e 16,6% da produção regional de feijão, nessa ordem; mesmo com a quebra de safra do feijão no Ceará (-5,7%), o Estado permanece com o terceiro maior produtor regional.

O crescimento da produção de milho de +12,7% na Região em 2022, acréscimo de 1,05 milhão de toneladas, promovido, em grande medida, pela ampliação da produção no Piauí, cujo incremento será de 470,2 mil toneladas de milho, ou seja, crescimento de 21,9% frente à safra passada. Na sequência, Bahia (+340,8 mil toneladas, +13,6%), Ceará (+121,4 mil toneladas, +29,3%) e Pernambuco (+88,7 mil toneladas, +143,4%).

Na Região, cerca de 82,6% da produção de milho concentra-se na Bahia (30,5%), Piauí (28,1%) e Maranhão (24,0%), estados que fazem parte da fronteira agrícola MATOPIBA. Os resultados foram impulsionados pelos preços da commodity, crescimento da área plantada e ganho de produtividade, que foram fatores decisivos no aumento da produção de milho, aliados às boas condições climáticas, em especial, nos perímetros produtivos localizados nos cerrados.

Quanto aos demais produtos agrícolas na Região Nordeste, em 2022, café (+12,8%), castanha-de-caju (+10,8%), mandioca (+8,9%), banana (+5,4%), laranja (+0,8%), cana-de-açúcar (+0,7%) e uva (+0,6%) apresentam crescimento em suas respectivas produções, frente à safra anterior. Enquanto, a expectativa será de quebra de safra para fumo (-15,4%), cacau (-13,1%), tomate (-8,5%), batata-inglesa (-8,5%), cana-de-açúcar (-2,4%) e laranja (-0,1%).

A produção de café (+12,8%), praticamente toda cultivada na Bahia (Atlântico-sul da Bahia; Planalto - centro-sul e centro-norte da Bahia e Cerrado – extremo oeste da Bahia), deverá expandir em relação à safra passada. Fato condicionado à bionalidade positiva para a safra arábica em 2022, o que resultou em um rendimento expressivo de café total.

A castanha-de-caju, importante cultura do Nordeste, deverá crescer 10,8% em relação à safra passada. A expansão na produção de castanha-de-caju foi sobretudo do aquecimento da demanda associada ao aumento dos preços exportados nos três primeiros trimestres de 2022.

Tabela 2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (em toneladas) - 2021 e 2022

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE/BR 2022
	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	Safra 2021	Safra 2022	Var. (%)	
Cereais e leguminosas ⁽¹⁾	253.205.838	261.865.201	3,4	23.027.828	25.361.437	10,1	9,7
Algodão	5.849.412	6.725.484	15,0	1.428.577	1.531.204	7,2	22,8
Amendoim	650.758	826.371	27,0	11.649	12.032	3,3	1,5
Arroz	11.620.292	10.659.472	-8,3	351.616	348.026	-1,0	3,3
Feijão	2.776.373	3.037.534	9,4	502.539	631.713	25,7	20,8
Mamona	29.480	38.921	32,0	29.147	38.921	33,5	100,0
Milho	87.787.120	109.555.475	24,8	8.263.717	9.315.259	12,7	8,5
Soja	134.933.704	119.497.562	-11,4	12.767.795	13.806.902	8,1	11,6
Sorgo	2.409.724	2.707.963	12,4	197.933	239.215	20,9	8,8
Trigo	7.816.867	9.612.884	23,0	32.000	35.334	10,4	0,4
Banana	7.018.879	7.087.342	1,0	2.347.940	2.473.657	5,4	34,9
Batata-inglesa	4.126.611	4.023.123	-2,5	387.000	354.000	-8,5	8,8
Cacau	310.537	288.501	-7,1	145.120	126.050	-13,1	43,7
Café	2.940.503	3.135.761	6,6	207.766	234.442	12,8	7,5
Cana-de-açúcar	609.281.544	609.099.699	0,0	53.802.854	54.179.683	0,7	8,9
Castanha-de-caju	110.669	122.530	10,7	109.862	121.676	10,8	99,3
Fumo	716.356	664.432	-7,2	33.346	28.196	-15,4	4,2
Laranja	16.019.990	16.729.410	4,4	1.170.301	1.179.973	0,8	7,1
Mandioca	18.496.182	18.233.814	-1,4	3.719.184	4.051.512	8,9	22,2
Tomate	3.886.009	3.632.780	-6,5	476.882	436.211	-8,5	12,0
Uva	1.702.660	1.501.655	-11,8	460.104	462.742	0,6	30,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

2.2 Pecuária

Considerando a instabilidade geopolítica internacional e seus impactos sobre o mercado brasileiro de insumos agropecuários, no momento de volatilidade de preços de insumos agropecuários, e soma-se a esse panorama o momento em que a economia nacional ainda vem se recuperando dos efeitos da

pandemia da Covid-19, para o terceiro trimestre de 2022, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizaram recuperação em seus volumes tanto no País, quanto na Região Nordeste, sendo neste mais propagada essa melhoria. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha.

Bovinos

O quantitativo de animais abatidos de bovinos no País apresentou aumento de +11,9%, quando comparado ao 3º trimestre de 2021, após dois anos de queda na produção. Este aumento foi fortemente induzido pelas exportações recordes de carne bovina *in natura* acumuladas no ano de 2022, que atingiram 1,3 milhão de toneladas, considerado o melhor resultado no período, desde a série iniciada em 1997 (SECEX/ME). E, no mesmo sentido, os aumentos dos preços médios da carne bovina exportada, valor 20,83% acima do apurado no mesmo período de 2021 e da arroba no mercado interno, que alcançou valores máximos no segundo trimestre (CEPEA/Esalq).

Na Região Nordeste, que representa 8,5% do quantitativo de bovinos abatidos no País, registrou considerável crescimento de +10,7%, em comparação ao 3º trimestre de 2021. Nesse período, Alagoas (+30,7%) e Rio Grande do Norte (+21,1%) detêm os maiores crescimentos no quantitativo de bovinos abatidos. Enquanto, os estados da Bahia (39,8%) e Maranhão (24,4%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região.

Para as cotações da carne bovina, no mercado interno, os preços do 3º trimestre de 2022 atingiram os patamares mais elevados da série histórica do Cepea/Esalq. Mesmo com o arrefecimento da demanda doméstica, diante dos substitutos diretos à proteína bovina, os valores da arroba foram impulsionados pela boa performance das exportações da carne bovina, assim, mantendo os preços internos elevados. No cenário internacional, a expectativa é de alta, com tendência de alta das exportações de carne bovina *in natura*, desde o fim do embargo. A China é o principal comprador da carne bovina *in natura*; participando com 51,9% das exportações brasileiras de carne bovina.

Suínos

No País (+5,0%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre o terceiro trimestre de 2022 e 2021. (Tabela 1). O aumento da produção de carne suína, em grande medida, por ser uma alternativa de carne substituta à bovina, e conjugada à redução do volume exportado, aumentou a participação da disponibilidade interna da proteína (Cepea/Esalq). Quanto aos preços das carnes suínas, neste cenário desenhado pelo aumento da oferta de carne suína no mercado interno corroborou a apalar a elevação dos preços.

Para o Nordeste (+10,3%), houve aumento significativo no quantitativo de suínos abatidos. Devido o preço da carne suína ter sofrido desvalorização no mercado interno ao longo de 2021 e nos três primeiros trimestres de 2022, os preços relativos das demais proteínas aumentaram de forma significativa, assim, mantendo acirrada a competitividade da carne suína.

Neste período, entre os maiores produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta como maior produtor (peso regional de 45,5%), além de apresentar crescimento no número de animais abatidos de 18,7% em relação ao 3º trimestre de 2021. Em seguida, Ceará, segundo maior produtor (peso regional de 27,9%) e em terceiro, Pernambuco, com participação de 11,2%.

Frangos

No 3º trimestre de 2022, o cenário nacional apresentou-se animador quanto ao abate de frangos. O total de frangos abatidos no País correspondeu a 3,7 milhões de toneladas, crescimento de 2,7%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção da carne de frango, as exportações de carne de frango *in natura* foram Record para o 3º trimestre de 2022, aumento no volume exportado, impacto pelo aumento de 5,7% nos preços internacionais, segundo dados da Secex/ME.

Para a Região Nordeste, o cenário mostrou-se mais aquecido no abate de frangos. Quando comparado ao 3º trimestre de 2021, houve alta de 7,8% no quantitativo do peso das carcaças de frango abatidos, chegando a 143,6 mil toneladas de frango, incremento de 10,4 mil toneladas de frango.

O resultado no Nordeste foi determinado, principalmente, pelo aumento no abate de frangos na Bahia (+8,5 mil toneladas). Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, produz 60,1% do total do abate de frango na Região; com crescimento de +10,9%, chegou a produzir 86,2 mil toneladas de frango. Pernambuco, apesar da queda da produção (-6,9%), continua em segundo na produção regional, com 24,3% da produção regional. Ceará é o terceiro maior produtor regional de frango, participando com 13,1% da produção de frangos na Região, além de apresentar crescimento de 31,6% no 3º trimestre de 2022 frente ao mesmo período do ano anterior.

Quanto aos preços do frango, devido à maior demanda internacional pela carne de frango, motivou a alta dos preços da carne de frango, além de ficarem condicionados a fatores internos, com aumento da energia elétrica, dos combustíveis e os repasses nos custos de insumos na produção nas granjas (Cepea/Esalq).

Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se redução da aquisição tanto para o cru (-1,7%) quanto para o industrializado (-2,4%), frente ao 3º trimestre de 2021. A produção de leite cru e industrializado foi de aproximadamente 6,1 e 6,0 bilhões de litros, respectivamente. A aquisição nacional de leite foi impactada, principalmente, devido às ocorrências de climáticas na Região Sul que contribuíram para a piora da qualidade do pasto, além da queda de grãos, desta forma, reduzindo a produção.

No Nordeste, que representa 7,3% da produção nacional, foram captados cerca de 446,7 milhões de litros de leite no 3º trimestre de 2021. Frente ao 3º trimestre de 2021, houve acréscimo de +4,2% para o leite cru e de +3,8% na aquisição do leite industrializado na Região.

No comparativo do 3º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, entre as nove Unidades Federativas, seis apresentaram acréscimos na aquisição de leite; os mais relevantes ocorreram em Sergipe (+17,5 milhões de litros), Alagoas (+4,9 milhões de litros), Ceará (+3,6 milhões de litros) e Paraíba (+1,7 milhões de litros). Por outro lado, três estados registraram perdas na produção de leite, Bahia (-9,9 milhões de litros), Rio Grande do Norte (-971 mil litros) e Maranhão (-627 mil litros).

Na variação relativa ao 3º trimestre de 2021, Piauí (+39,0%), Alagoas (+30,0%), Sergipe (+22,0%) e Paraíba (+10,4%) contribuíram de forma significativa para o agregado da Região; em seguida, Ceará (+4,2%) e Pernambuco (+0,3%). No entanto, Bahia (-7,8%), Rio Grande do Norte (-5,4%) e Maranhão (-4,9%) apresentaram tendência de decréscimo na aquisição de leite cru.

Bahia, mesmo com retração na aquisição de leite cru, continuou liderando o ranking na captação regional, com participação de 26,3% do total regional. Em seguida, Sergipe (21,7%), Ceará (20,3%) e Pernambuco (15,2%) entre os maiores produtores regionais de leite cru.

Quanto aos preços, segundo Cepea/Esalq, as expectativas para os preços do leite são de valorização para os próximos meses, levando em consideração os impactos pelos altos custos de produção, tanto na alimentação dos animais, quanto da energia elétrica e combustíveis. De acordo com informações do Cepea/Esalq, o preço líquido médio do litro de leite pago ao produtor em setembro de 2022 foi de R\$ 3,19/litro, valor 20,0% acima do praticado no mês anterior, recorde da série histórica, iniciada em 2004. Segundo dados do IBGE, o item Leites e derivados obteve valorização real de 43,7% no acumulado de 2022.

Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 1,02 bilhão de dúzias no 3º trimestre de 2021. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a quantidade produzida ficou praticamente estável. Também deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final.

Para o Nordeste, no 3º trimestre de 2022, apontou aumento na produção de 3,1% frente ao mesmo trimestre de 2021, média superior à nacional (+0,5%), chegando a 173,8 milhões de dúzias de ovos, atingindo cerca de 17,0% da produção do País. Embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda regional por ovos de galinha segue aquecida. Esse fato é devido ao preço acessível do ovo frente a outras proteínas, que diante do aumento dos preços das carnes, principalmente a carne bovina, cresceu a demanda de ovos no mercado regional.

Ceará (+4,1 milhões de dúzias de ovos), Bahia (+927 mil dúzias de ovos) e Paraíba (+1,7 milhão de dúzias de ovos) apresentaram significativos acréscimos na produção de ovos de galinha, em relação ao 3º trimestre de 2021. Independentemente da variação apresentada, Ceará (36,2%) e Pernambuco (31,1%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, produzindo cerca de 62,9 e 54,0 milhões de dúzias de ovos, respectivamente.

Tabela 1 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil - 3º trimestre de 2021 e 2022

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	3º trimestre de 2021			3º trimestre de 2022			Variação (%) 3º trim 2022 / 2021	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	7.019.544	599.583	8,5	7.853.580	663.919	8,5	11,9	10,7
Suínos	13.760.109	151.268	1,1	14.453.047	166.902	1,2	5,0	10,3
Frangos	1.536.927.594	59.224.303	3,9	1.551.221.854	60.677.381	3,9	0,9	2,5
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	1.911.648	156.469	8,2	2.133.563	174.247	8,2	11,6	11,4
Suínos	1.278.202	12.001	0,9	1.333.459	13.716	1,0	4,3	14,3
Frangos	3.647.434	133.151	3,7	3.745.332	143.598	3,8	2,7	7,8
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.206.647	428.846	6,9	6.101.564	446.685	7,3	-1,7	4,2
Industrializado	6.200.494	428.716	6,9	6.048.950	444.824	7,4	-2,4	3,8
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	1.015.018	168.521	16,6	1.020.197	173.811	17,0	0,5	3,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

Referências

CONAB. Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos. Brasília, DF: CONAB, v. 9, safra n. 12, set. 2022. Décimo segundo levantamento. Safra 2021/22. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 25 nov. 2022.

IBGE. Indicadores IBGE: levantamento sistemático da produção agrícola setembro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 6 out. 2022a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2022_set.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

IBGE. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, jul.-set. 2022b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2022_3tri.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022

3 Atividade Industrial

3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial apresentou recuo de 1,1% no acumulado de janeiro a setembro de 2022, frente ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o IBGE, foram observados resultados negativos em todas as quatro grandes categorias econômicas, em 15 dos 26 ramos, 56 dos 79 grupos e 61,0% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas, no acumulado de janeiro a setembro de 2022, os bens de consumo duráveis (-5,3%) mostraram menor dinamismo, pressionados, em grande parte, pelas reduções verificadas na fabricação de eletrodomésticos da “linha branca” (-20,3%). Os bens intermediários (-1,0%), bens de consumo semi e não duráveis (-0,7%) e bens de capital (-0,5%) também assinalaram resultados negativos nos nove primeiros meses do ano, mas todos com recuos menos intensos do que o observado na média da indústria (-1,1%).

Nos últimos 12 meses, a indústria geral caiu 2,3%, sobretudo em razão da queda dos bens de consumo (-4,2%), impactada fortemente pela retração dos bens duráveis, -10,1%. Neste recorte temporal (últimos 12 meses), entre as grandes categorias econômicas, apenas os bens de capital (+0,9%) apresentam resultados positivos.

Tabela 1 – Taxa de crescimento industrial por grandes categorias econômicas - Brasil – 2021 e 2022

Produção Industrial por Grandes Categorias Econômicas - Brasil - Setembro de 2022				
Grandes Categorias Econômicas	Variação (%)			
	Setembro 2022 / Agosto 2022*	Setembro 2022 / Setembro 2021	Acumulado Janeiro-Setembro	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Bens de Capital	-0,5	4,6	-0,5	0,9
Bens Intermediários	-1,1	-0,3	-1	-1,9
Bens de Consumo	-0,8	0,7	-1,6	-4,2
Duráveis	-0,2	10,5	-5,3	-10,1
Semiduráveis e não Duráveis	-1,4	-1,4	-0,7	-2,6
Indústria Geral	-0,7	0,4	-1,1	-2,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

De janeiro a setembro de 2022, dez atividades apontaram expansão na produção, sendo a de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (8,3%) a de maior relevância, impulsionada, em grande medida, pela maior produção dos itens óleos combustíveis, óleo diesel, gasolina automotiva, naftas para petroquímica e querosenes de aviação. Outros resultados positivos foram registrados por outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (+8,9%), produtos do fumo (+8,8%), bebidas (4,4%), celulose, papel e produtos de papel (3,5%).

Entre as atividades que apresentaram retração na produção industrial, no acumulado de janeiro a setembro de 2022, de acordo com o IBGE, as maiores variações negativas foram observadas em fabricação de móveis (-17,9%), produtos têxteis (-13,2%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-11,7%), produtos de metal (-10,8%) e impressão e reprodução de gravações (-9,9%).

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – Janeiro a Setembro de 2021 – Janeiro a Setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	Jan a Set de 2021	Jan a Set de 2022
Indústria geral	7,6	-1,1
Indústrias extrativas	1,2	-4,0
Indústrias de transformação	8,4	-0,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	21,0	8,9
Fabricação de produtos do fumo	0,7	8,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1,7	8,3
Fabricação de bebidas	4,0	4,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,6	3,5
Fabricação de móveis	6,3	-17,9
Fabricação de produtos têxteis	20,8	-13,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,7	-11,7
Fabricação de produtos de metal	13,1	-10,8
Impressão e reprodução de gravações	24,4	-9,9

Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2022).

A redução nos primeiros nove meses do ano verificada na produção nacional (-1,1%) ocorreu em oito dos quinze locais pesquisados, com destaque para Pará (-8,8%) e Espírito Santo (-4,9%), pressionados, em grande medida, pelos recuos assinalados pelos setores de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto ou beneficiados) e metalurgia (óxido de alumínio e alumínio não ligado em formas brutas), no primeiro local; e de indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo, minérios de ferro pelotizados ou sinterizados e gás natural) e produtos de minerais não metálicos (granito talhado ou serrado – inclusive chapas para pias), no segundo.

A demanda doméstica, sob efeito negativo de inflação alta e juros elevados, repercutiram no consumo e nos investimentos empresariais, o que naturalmente promoveu efeitos negativos no comércio e, em consequência, na produção industrial.

A pesquisa “Indicadores Industriais”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, busca avaliar o desempenho industrial, especificamente da indústria de transformação, pesquisando importantes variáveis de análise, tais como: faturamento real das empresas industriais, horas trabalhadas na produção, emprego, massa salarial real, rendimento médio real e utilização da capacidade instalada (UCI).

A pesquisa Indicadores Industriais apontou elevação de 1,6% no faturamento real no período de janeiro a setembro de 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) encerrou o mês de setembro com 81,0%; de 2022, com recuo de 1,9% quando comparado a setembro de 2021.

Tabela 3 – Taxa de crescimento de indicadores selecionados da indústria de transformação (%) – Brasil – Janeiro a Setembro de 2022 ((Base: igual período do ano anterior)

Indicadores industriais	Jan a Set de 2022
Faturamento real ¹	1,6
Horas trabalhadas na produção	3,0
Emprego	1,8
Massa salarial real ²	2,9
Rendimento médio real ²	1,1
UCI (Setembro de 2022)	81,0

¹ Deflator: IPA/OG-FGV

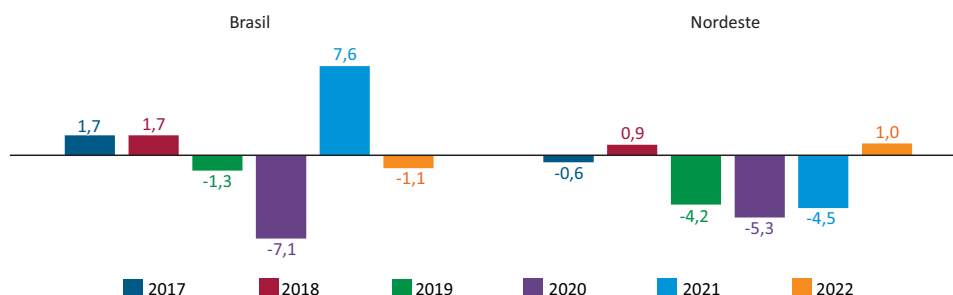
² Deflator: INPC-IBGE

Fonte: Elaborada pelo BNB / Etene, com dados da CNI (2022).

3.2 Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

No Nordeste, o nível de atividade industrial, no período de janeiro a setembro de 2022, apresentou crescimento de 1,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação interanual, observou-se crescimento de 3,4% em setembro de 2022 da indústria nordestina em relação ao mesmo mês do ano anterior. Por outro lado, no acumulado dos últimos doze meses, terminados em setembro de 2022, a indústria regional registrou retração de 2,6%.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – acumulado janeiro a setembro de 2017 a 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

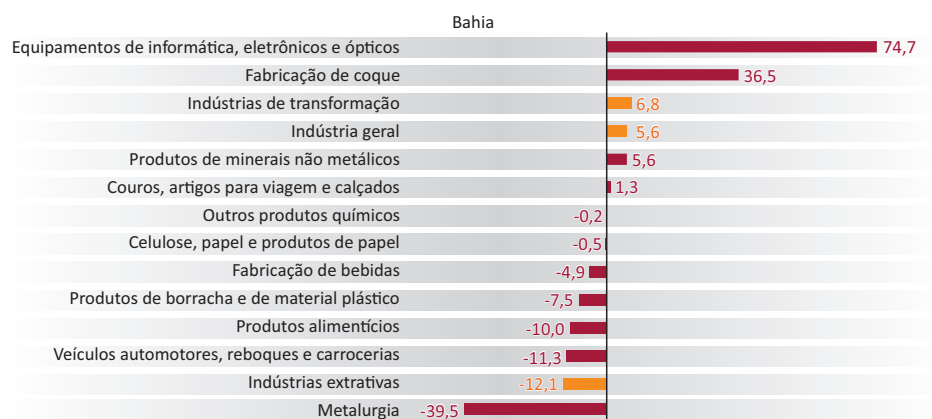


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

A atividade industrial nordestina no período acumulado de janeiro a setembro de 2022, não registrou performance negativa, sobretudo em decorrência da atividade de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, que apresentou crescimento de 32,3% no período. As atividades de fabricação de produtos alimentícios (+1,1%), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+1,1%) e fabricação de bebidas (+0,3%) também anotaram performance positiva.

Em sentido contrário, dez atividades industriais apresentaram retração no período acumulado de janeiro a setembro de 2022. Entre as atividades com recuo mais intenso na produção física industrial da Região de janeiro a setembro de 2022, pode-se destacar: Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-20,7%), Produtos Têxteis (-18,8%) e Metalurgia (-16,8%).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

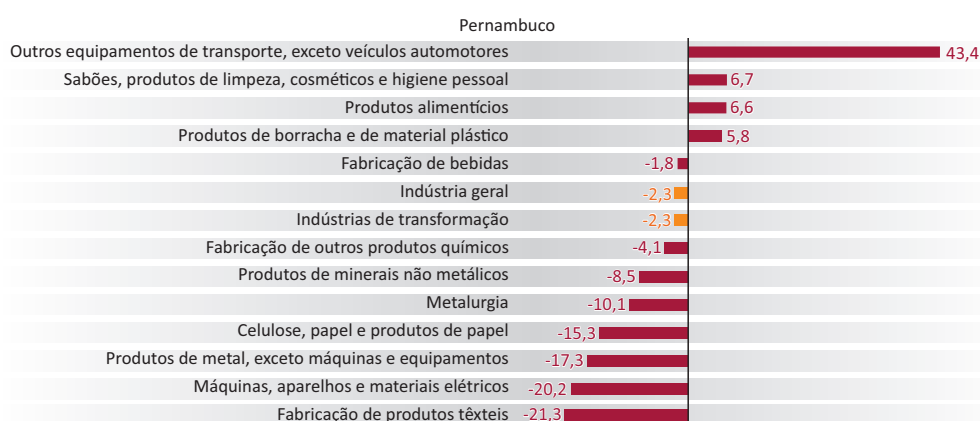


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

Entre os locais divulgados pelo IBGE, a Bahia foi o único estado da área de atuação do Banco do Nordeste que apresentou crescimento na indústria geral no período acumulado de janeiro a setembro de 2022. A indústria baiana apresentou crescimento de 5,6% no acumulado dos nove primeiros meses do ano, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciada, pelo avanço das atividades de Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+74,7%) e Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+36,5%). O número positivo da indústria na Bahia se concentrou na indústria de transformação (+6,8%), haja vista que a indústria extrativa recuou 12,1% no período.

Entre as atividades industriais na Bahia, sete apresentaram retração na produção física, sendo aquelas de maior queda: Metalurgia (-39,5%), Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-11,3%) e fabricação de produtos alimentícios (-10,0%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Pernambuco – janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

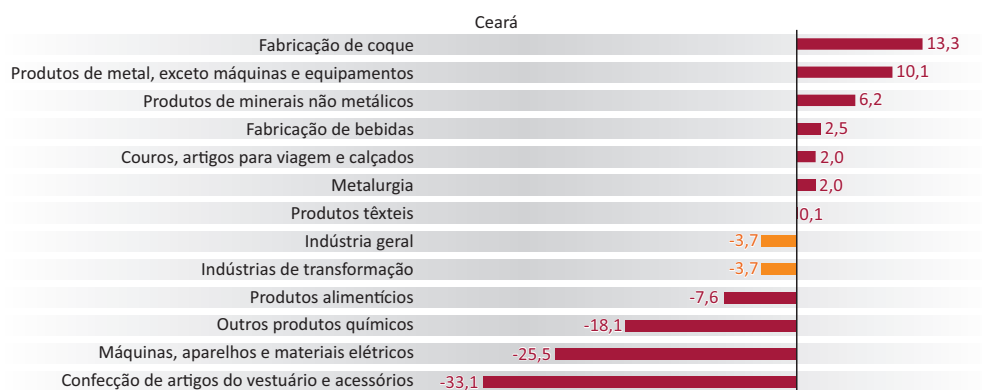


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

A atividade industrial em Pernambuco anotou recuo de 2,3% no período de janeiro a setembro de 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Repercutindo apenas a indústria de transformação (-2,3%), mostrou desempenho positivo em 4 das 12 atividades, com destaque para outros equipamentos de transporte (+43,4%). A Fabricação de produtos têxteis, com retração na produção física de 21,3%, foi a atividade industrial em Pernambuco com maior recuo no período. Outras atividades industriais pernambucanas também anotaram queda na produção industrial no período: Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-20,2%), Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e

equipamentos (-17,3%), Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-15,3%), Metalurgia (-10,1%), Fabricação de produtos de minerais não metálicos (-8,5%), Fabricação de outros produtos químicos (-4,1%) e Fabricação de Bebidas (-1,8%).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Ceará – janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

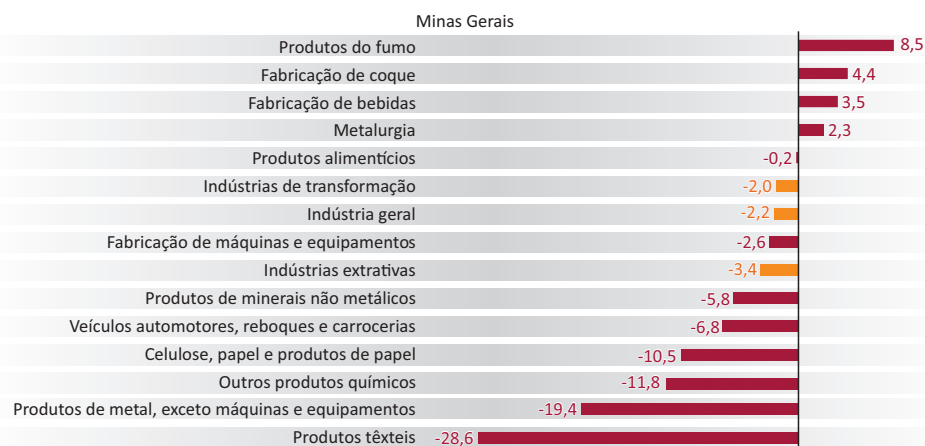


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

O Ceará, que também reflete apenas a indústria de transformação (-3,7%), apresentou resultado negativo no período de janeiro a setembro de 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A produção industrial do Ceará foi pressionada, em grande medida, pelos recuos em confecção de artigos do vestuário e acessórios (calças, bermudas, shorts e semelhantes, calças compridas, camisas, blusas e semelhantes de malha de uso feminino, sutiãs, vestidos, camisetas, calcinhas e camisas de uso masculino).

Dentre suas 11 atividades, apresentou avanço em 7: Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+13,3%), Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+10,1%), Fabricação de produtos de minerais não metálicos (+6,2%), Fabricação de bebidas (+2,5%), Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (+2,0%), Metalurgia (+2,0%) e Fabricação de produtos têxteis (+0,1%).

Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Minas Gerais – janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



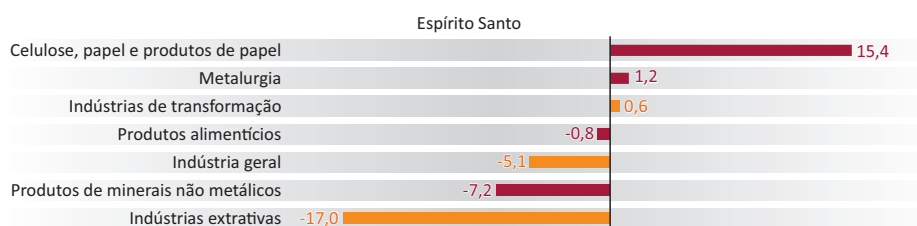
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

Em Minas Gerais, no acumulado de janeiro a setembro de 2022, a indústria de transformação e a indústria extrativa apresentaram recuo na produção física de 2,0% e 3,4%, respectivamente. Neste contexto, a indústria mineira anotou retração de 2,2%. Conforme aponta o Gráfico 6, registraram taxas negativas as atividades de: Fabricação de produtos têxteis (-28,6%), Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-19,4%), Fabricação de outros produtos químicos (-11,8%), Fabricação

de celulose, papel e produtos de papel (-10,5%), Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-6,8%), Fabricação de produtos de minerais não metálicos (-5,8%), Fabricação de Máquinas e Equipamentos (-2,6%) e Fabricação de produtos alimentícios (-0,2%).

No Espírito Santo, a indústria apresentou retração de 5,1% no período de janeiro a setembro de 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Apesar de 2 das 4 atividades registrarem números positivos, não foram suficientes para compensar a queda na atividade industrial de produtos minerais não metálicos (-7,2%). As atividades industriais, no Espírito Santo, que apresentaram resultados positivos foram: Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (+15,4%) e Metalurgia (+1,2%).

Gráfico 7 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Espírito Santo – janeiro a setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2022).

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Indicadores Industriais**. CNI, Ano 30, Número 9, Setembro de 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/58/44/5844d457-3159-4f42-8fed-ed9cf037f420/indicadoresindustriais_setembro2022.pdf. Acesso em 15.12.2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Set. 2022. IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 15.12.2022.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Set. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfgr/brasil>. Acesso em: 15.12.2022.

4 Setor de Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 8,6% no acumulado do ano até setembro de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado na grande maioria dos grupos pesquisados; são eles: Serviços prestados às famílias (+30,3%), seguidos por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+14,1%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,6%) e Serviços de informação e comunicação (+3,2%). Apenas um grupo pesquisado foi registrado retração: Outros serviços (-4,1%).

Em relação às subatividades em nível nacional, a grande maioria registrou variações positivas, com exceção de Telecomunicações (-6,9%). Os grandes destaques positivos foram verificados nos subsetores Transporte aéreo (+37,7%), Serviços de alojamento e alimentação (+31,4%), Outros serviços prestados às famílias (+24,4%), Transporte terrestre (+19,2%), Serviços de Tecnologia da Informação (+17,2%) e Transporte aquaviário (+12,9%).

As atividades ligadas ao turismo, como transporte, alojamento e alimentação continuam sendo os destaques positivos no setor de serviços, explicado por uma ampla cobertura vacinal, o que propiciou a redução das restrições sanitárias e consequentemente maior circulação de pessoas consumindo essas atividades.

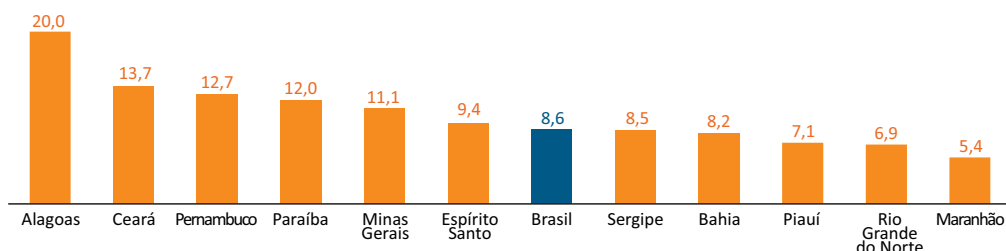
Volume de Serviços no Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento em todos os Estados da área de atuação do BNB, onde Alagoas (+20,0%), Ceará (+13,7%), Pernambuco (+12,7%), Paraíba (+12,0), Minas Gerais (+11,1%), Espírito Santo (+9,4%), apresentaram um crescimento acima do Brasil (8,6%), enquanto, Sergipe (+8,5%), Bahia (+8,2%), Piauí (+7,1%), Rio Grande do Norte (+6,9%), e Maranhão (+5,4%) registraram crescimento abaixo da média nacional, conforme o Gráfico 1.

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em cinco, dentre os onze estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados nas seguintes atividades: Serviços prestados às famílias, com fortes crescimentos em todos os estados analisados, liderado por Ceará (+50,9%), Bahia (+42,1%) e Minas Gerais (41,8%), a atividade Serviços profissionais, administrativos e complementares em Pernambuco (+21,9%) e Minas Gerais (+18,7%).

Destaca-se também a atividade Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com elevados crescimentos em Minas Gerais (+19,1%) e Pernambuco (+15,6%). Em direção oposta, houve retrações na atividade Serviços de informação e comunicação na Bahia (-5,8%), Minas Gerais (-2,2%) e Espírito Santo (-0,5%). Já a atividade Outros Serviços apresentou quedas em Minas Gerais (-33,0%) e Bahia (-9,8%), de acordo com a Tabela 1.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados – Acumulado no ano até setembro de 2022 (Base: igual período do ano anterior)

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	30,3	50,9	17,9	42,1	41,8	29,3
Serviços de alojamento e alimentação	31,4	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	24,4	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	3,2	7,5	0,5	-5,8	-2,2	-0,5
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	3,3	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-6,9	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	17,2	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	2,7	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,6	12,2	21,9	4,9	18,7	10,7
Serviços técnico-profissionais	7,0	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	7,9	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	14,1	7,4	15,6	9,5	19,1	10,7
Transporte terrestre	19,2	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	12,9	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	37,7	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,2	-	-	-	-	-
Outros serviços	-4,1	15,9	7,4	-9,8	-33,0	14,2
Total	8,6	13,7	12,7	8,2	11,1	9,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022). *O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

5 Varejo

Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o comércio varejista, na análise da série ajustada sazonalmente, cresceu de 1,1% no volume de vendas na comparação setembro/agosto de 2022. Na série sem ajuste sazonal, o varejo apresentou elevação de 3,2% ante setembro de 2021. No acumulado do ano até setembro de 2022, comparativamente a mesmo período do ano passado, o comércio varejista brasileiro apresentou um crescimento de 0,8% (Tabela 1).

No comércio varejista ampliado, que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas apresentou uma queda de 0,6% para o acumulado do ano até setembro de 2022, frente ao mesmo período de 2021. Na comparação do mês de setembro de 2022, com relação ao mês de agosto de 2022, houve uma elevação de 1,5%. Já na comparação do mês de setembro de 2022, frente ao mesmo mês do ano anterior, o acréscimo no volume de vendas foi de 1,0%.

Os resultados apresentados refletem o atual cenário de inflação, juros elevados, encarecimento do crédito, endividamento e redução do poder de compra das famílias.

Tabela 1 – Brasil - Volume de vendas do comércio varejista restrito e ampliado, segundo atividades - Variação %

Atividades	Set/ago/22*	Set22/set21	Jan-set/22 / jan-set/21
Comércio varejista	1,1	3,2	0,8
1. Combustíveis e lubrificantes	1,3	34,8	12,7
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	1,2	3,8	0,9
2.1. Hipermercados e supermercados	1,3	4,2	0,8
3. Tecidos, vestuário e calçados	0,7	-9,5	6,4
4. Móveis e eletrodomésticos	-0,1	-5,9	-9,5
4.1. Móveis	-	-17,4	-10,9
4.2. Eletrodomésticos	-	-0,5	-9,3
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,6	5,9	7,2
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	2,5	31,8	19,0
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,7	6,8	1,4
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,0	-10,0	-8,1
Comércio varejista ampliado	1,5	1,0	-0,6
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-0,1	-1,2	-1,4
10. Material de construção	0,0	-7,9	-8,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMC.

* Com ajuste sazonal.

A análise dos dez grupos de atividades que compõem a pesquisa mostra que seis registraram taxas de variação positiva no volume de vendas no período jan-set/22 frente a jan-set/21. Os destaques foram: Livros, jornais, revistas e papelaria (+19,0%), Combustíveis e lubrificantes (+12,7%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+7,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (+ 6,4%).

Na comparação setembro/22 frente agosto/22, seis atividades também registraram crescimento: Livros, jornais, revistas e papelaria (+2,5%); Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (+1,7%); Combustíveis e lubrificantes (+1,3%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+1,2%); Tecidos, vestuário e calçados (+0,7%); e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (+0,6%). Enquanto as atividades Outros artigos de uso pessoal e doméstico e Móveis e eletrodomésticos registraram queda de 0,1% nesse período comparativo. Já as

atividades do comércio ampliado praticamente permaneceram estáveis: Veículos e motos, partes e peça (-0,1) e Material de construção (0,0%).

Na comparação interanual, setembro de 2022 frente a setembro de 2021, sete atividades apresentaram variações positivas no varejo restrito: Combustíveis e lubrificantes (34,8%), Livros, jornais, revistas e papelaria (31,8%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (6,8%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (5,9%) e Hiper, supermercados, produto alimentícios, bebidas e fumo (3,8%). Em sentido oposto, três setores registraram queda: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-10,0%), Tecidos, vestuário e calçados (-9,5%) e Móveis e eletrodomésticos (-5,9%). No varejo ampliado, tanto Veículos e motos, partes e peças (-1,2%) como Material de construção (-7,9%) registraram queda.

O resultado do segmento Combustíveis e lubrificantes (+34,8%) foi o oitavo consecutivo com variação positiva, motivado pela redução dos preços dos combustíveis nos últimos meses. A atividade foi responsável pela maior contribuição para a composição absoluta da taxa interanual. Na variação total do comércio varejista restrito (+3,2%) contribuiu com 3,2 p.p. e na variação do varejo ampliado (+1,0%) contribuiu com 2,2 p.p. (Tabela 2).

Hiper, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo (1,8 p.p.), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (0,7 p.p.), Livros, jornais, revistas e papelaria (0,1 p.p.) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (0,1 p.p.) também contribuíram positivamente para a composição da taxa do varejo. Vale ressaltar, ainda, que na formação da taxa do varejo restrito, Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,4 p.p.); Tecidos, vestuário e calçados (-0,7 p.p.) e Móveis e eletrodomésticos (-0,6 p.p.) contribuíram negativamente.

Já na formação da taxa do varejo ampliado (+1,0%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,9 p.p.); Material de construção (-0,8 p.p.); Tecidos, vestuário e calçados (-0,4 p.p.); Móveis e eletrodomésticos (-0,4 p.p.) e Veículos, motocicletas, partes e peças (-0,3 p.p.) contribuíram negativamente.

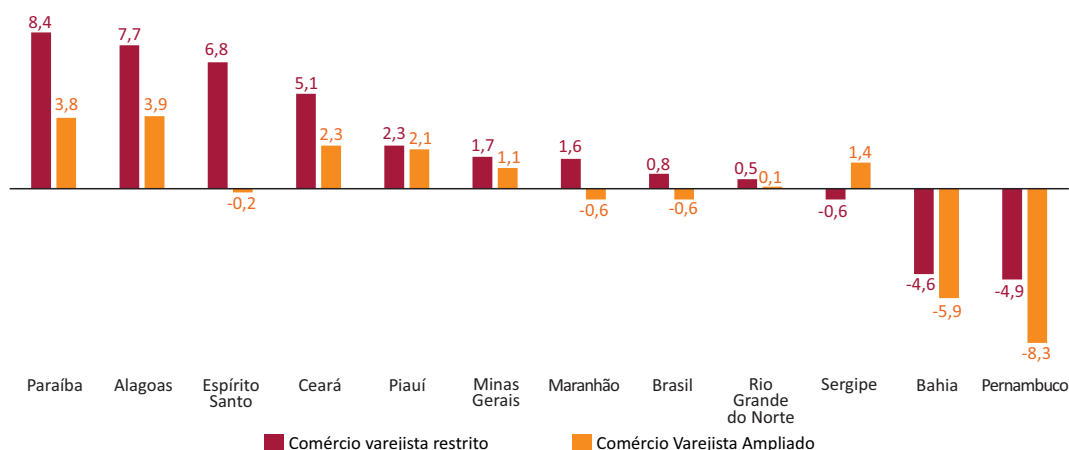
Tabela 2 – Brasil: composição da taxa mensal do Volume de Vendas por atividade – Set22/set21

Atividades	Comércio varejista		Comércio varejista ampliado	
	Taxa de Variação (%)	Composição absoluta da taxa (p.p.)	Taxa de Variação (%)	Composição absoluta da taxa (p.p.)
TAXA GLOBAL	3,2	3,2	1,0	1,0
1. Combustíveis e lubrificantes	34,8	3,2	34,8	2,2
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	3,8	1,8	3,8	1,2
3. Tecidos, vestuário e calçados	-9,5	-0,7	-9,5	-0,4
4. Móveis e eletrodomésticos	-5,9	-0,6	-5,9	-0,4
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,9	0,7	5,9	0,4
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	31,8	0,1	31,8	0,0
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,8	0,1	6,8	0,0
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,0	-1,4	-10,0	-0,9
9. Veículos, motocicletas, partes e peças			-1,2	-0,3
10. Material de construção			-7,9	-0,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMC.

Dentre os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (+8,4%), Alagoas (+7,7%), Espírito Santo (+6,8%) e Ceará (+5,1%) foram os destaques positivos para o comércio varejista restrito, enquanto Pernambuco (-4,9%), Bahia (-4,6%) e Sergipe (-0,6%) registraram retrações, no acumulado até setembro de 2022, ante o mesmo período de 2021 (Gráfico 1). Quanto ao comércio varejista ampliado, os destaques positivos foram: Alagoas (+3,9%), Paraíba (+3,8%) e Ceará (+2,3%). Em direção contrária, as maiores variações negativas foram observadas em Pernambuco (-8,3%) e Bahia (-5,9%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMC.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro a setembro/2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A tabela 3 mostra o desempenho dos dez grupos de atividades que compõem o setor varejista para os estados pertencentes a área de atuação do BNB contemplados na PMC.

No Ceará (+5,1%), no acumulado dos nove primeiros meses do ano, a variação no volume de vendas foi positiva em sete das dez atividades contempladas na PMC, com destaque para Livros, jornais, revistas e papelaria (+23,5%), Tecidos, vestuário e calçados (+20,1%) e Combustíveis e lubrificantes (+9,1%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+7,2%).

Já em Pernambuco (-4,9%), no acumulado de janeiro a setembro de 2022 frente ao mesmo período de 2021, as atividades que registraram as maiores variações negativas foram Móveis e eletrodomésticos (-18,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-15,9%), Veículos e motos, partes e peças (-13,9%) e Material de construção (-10,8%). Por outro lado, cresceram as vendas, nessa mesma base de comparação, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+39,9%); Livros, jornais, revistas e papelaria (+11,9%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+5,9%).

Na Bahia (-4,6%), sete das dez atividades do setor apresentaram queda nas vendas, com destaque para Móveis e eletrodomésticos (-27,4%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (-9,4%). Os destaques positivos foram nos segmentos de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+11,2%), Livros, jornais, revistas e papelaria (+10,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (+7,4%).

Minas Gerais (+1,7%) acumulou crescimento nas vendas no comércio varejista, principalmente, nos segmentos de Livros, jornais, revistas e papelaria (+28,3%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+19,6%) e Combustíveis e lubrificantes (+13,0%). Por outro lado, registrou variação negativa em Móveis e eletrodomésticos (-15,8%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-9,0%) e Material de construção (-8,4%).

O Estado do Espírito Santo (+6,8%) registrou crescimento em Oito das dez atividades do comércio varejista, no acumulado do ano, com destaque para Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+53,6%), Combustíveis e lubrificantes (+15,2%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+11,3%). As duas atividades que registraram resultados negativos no período comparativo foram: Veículos, motocicletas, partes e peças (-8,9%) e Móveis e eletrodomésticos (-5,5%).

Tabela 3 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	5,1	-4,9	-4,6	1,7	6,8
1. Combustíveis e lubrificantes	9,1	6,3	-5,1	13,0	15,2
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	4,0	-6,0	-2,4	0,3	6,7
2.1. Hipermercados e supermercados	1,4	-5,9	-1,1	0,4	8,0
3. Tecidos, vestuário e calçados	20,1	-1,9	7,4	0,4	4,6
4. Móveis e eletrodomésticos	-1,4	-18,4	-27,4	-15,8	-5,5
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,2	5,9	11,2	19,6	6,3
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	23,5	11,9	10,2	28,3	8,2
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,6	39,9	0,3	-9,0	53,6
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-2,6	-15,9	-6,2	-5,3	11,3
Comércio varejista ampliado	2,3	-8,3	-5,9	1,1	-0,2
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-1,5	-13,9	-9,4	2,6	-8,9
10. Material de construção	-2,6	-10,8	-4,9	-8,4	2,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMC.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro a setembro/2022, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Comércio - PMC – Setembro/2022. IBGE, Novembro de 2022. Disponível em: file:///C:/M1229180/Banco%20do%20Nordeste/1%20BNB/1%20BNB/1%20ALLISSON/1%202023/REVISTA%20CONJUNTURA/3%20TRIM%2022/COM%C3%89RCIO/pmc_2022_set.pdf. Acesso: Fevereiro de 2023.

6 Turismo

De acordo com a publicação Barômetro Mundial do Turismo, divulgado pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2022), no acumulado do ano até setembro de 2022, foram registradas quase 700 milhões de chegadas de turistas internacionais em viagens por todo o mundo, crescimento de 133% frente a mesmo período de 2021. Esses números representam quase 63% dos níveis pré-pandemia de 2019.

As chegadas internacionais, por região, já atingiram os seguintes níveis pré-pandemia: Europa (81%), Médio Oriente (77%), África (63%), Américas (66%) e Ásia e Pacífico (83%).

Segundo a OMT, os resultados apresentados foram impulsionados pela forte demanda reprimida, níveis de confiança melhorados e o levantamento de restrições em um número crescente de destinos. Por outro lado, a Organização alerta para o atual ambiente econômico desafiador - inflação alta, aumento nos preços de energia, conflito Ucrânia x Rússia – que pode comprometer o ritmo de recuperação no quarto trimestre deste ano e em 2023.

No Brasil, o total de desembarques de passageiros nos aeroportos do País somou 63.625.513, nos nove primeiros meses de 2022, incremento de 52,1% comparativamente ao mesmo período do ano passado (Tabela 1).

Os voos de natureza doméstica, aqueles com pouso e decolagem realizadas no próprio País, registraram 58.519.690 passageiros desembarcados, incremento de 43,6% nesse período comparativo.

Já com relação aos voos internacionais com destino ao Brasil, o desembarque de passageiros atingiu 5.105.823, no acumulado até setembro de 2022, ante 1.092.228 no acumulado até setembro de 2021, revelando significativo incremento de 367,5%.

A Região Sudeste (42,6% do total de passageiros desembarcados) seguida da Sul (20,6%) foram as que mais receberam passageiros. No período em foco, registraram incrementos de 62,4% e 62,3% na quantidade de passageiros desembarcados.

Vale registrar que a Região Norte registrou a maior variação positiva no número de passageiros de desembarques internacionais no acumulado do ano até setembro 2022, com um aumento de 1.175,3% em relação ao mesmo período de 2021.

Tabela 1 – Quantidade de desembarques de passageiros por natureza em aeroportos – Brasil e Regiões – Jan-set/22/jan-set/21.

Brasil e Regiões	Internacional			Doméstico			Total		
	Jan-set/21	Jan-set/22	Var. (%)	Jan-set/21	Jan-set/22	Var. (%)	Jan-set/21	Jan-set/22	Var. (%)
Nordeste	31.714	197.452	522,6	9.442.282	12.373.657	31,0	9.473.996	12.571.109	32,7
Norte	2.794	35.631	1.175,3	2.796.351	3.578.996	28,0	2.799.145	3.614.627	29,1
Centro-oeste	18.970	129.778	584,1	4.758.081	7.075.130	48,7	4.777.051	7.204.908	50,8
Sudeste	903.713	3.793.535	319,8	15.790.353	23.318.405	47,7	16.694.066	27.111.940	62,4
Sul	135.037	949.427	603,1	7.951.622	12.173.502	53,1	8.086.659	13.122.929	62,3
Brasil	1.092.228	5.105.823	367,5	40.738.689	58.519.690	43,6	41.830.917	63.625.513	52,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Obs.: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não residentes no Brasil.

O Nordeste recebeu 19,8% do total de passageiros desembarcados no País nos nove primeiros meses de 2022. Nesse período, chegaram à Região 12.571.109 passageiros, crescimento de 32,7%, frente a mesmo período do ano anterior. Desse total, Pernambuco (27,5%), Bahia (27,5%) e Ceará (18,2%) responderam por 73,2% dos passageiros desembarcados.

O desembarque de passageiros de voos domésticos nos aeroportos da Região Nordeste participou com 98,4% do total, registrando incremento de 31,0%. Já o desembarque de passageiros oriundo de voos internacionais cresceu de 522,6%.

Todos os estados nordestinos apresentaram acréscimo no número de passageiros desembarcados, com destaque para os resultados apresentados pelo Ceará (+58,0%) e Bahia (32,9%) que registraram taxa de crescimento maior que a do Nordeste (Tabela 3).

Vale ressaltar, ainda, os resultados positivos relacionados ao desembarque de passageiros apresentados por Minas Gerais (+51,1%) e Espírito Santo (+38,6%), estados que possuem municípios pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste.

Tabela 2 – Quantidade de desembarques de passageiros por natureza em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Jan-set/22/jan-set/21.

Estados / Região	Internacional			Doméstica			Total		
	Jan-set /21	Jan-set /22	Var. (%)	Jan-set /21	Jan-set /22	Var. (%)	Jan-set /21	Jan-set /22	Var. (%)
Alagoas	253	4.205	1.562,1	648.308	813.254	25,4	648.561	817.459	26,0
Bahia	9.193	53.990	487,3	2.594.984	3.407.557	31,3	2.604.177	3.461.547	32,9
Ceará	11.290	71.024	529,1	1.435.373	2.214.606	54,3	1.446.663	2.285.630	58,0
Maranhão	-	-	-	449.279	574.760	27,9	449.279	574.760	27,9
Paraíba	-	-	-	397.926	484.157	21,7	397.926	484.157	21,7
Pernambuco	10.978	52.118	374,7	2.738.130	3.402.767	24,3	2.749.108	3.454.885	25,7
Piauí	-	-	-	280.831	332.402	18,4	280.831	332.402	18,4
Rio Grande do Norte	-	16.115	-	624.280	812.401	30,1	624.280	828.516	32,7
Sergipe	-	-	-	273.171	331.753	21,4	273.171	331.753	21,4
Nordeste	31.714	197.452	522,6	9.442.282	12.373.657	31,0	9.473.996	12.571.109	32,7
Minas Gerais	18.249	68.959	277,9	2.515.836	3.757.743	49,4	2.534.085	3.826.702	51,0
Espírito Santo	-	-	-	649.448	899.934	38,6	649.448	899.934	38,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Obs.: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não residentes no Brasil.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga o Índice de Atividades Turísticas (IATUR). O Iatur é construído através do agrupamento das atividades de Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

Em setembro, o volume das atividades turísticas do Brasil cresceu 0,4% frente a agosto. Esse resultado revela que o setor se encontra 0,7% acima do nível pré-pandemia de fevereiro de 2020 (Tabela 3).

Comparativamente a setembro de 2021, o índice de atividades turísticas cresceu 22,5%. Segundo a pesquisa, esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas que atuam nos ramos de transporte aéreo; locação de automóveis; restaurantes; hotéis; serviços de bufê; e rodoviário coletivo de passageiros.

No acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior, o volume de atividades turísticas cresceu 36,9% motivado, principalmente, pelos aumentos de receita das empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros; restaurantes; hotéis; locação de automóveis; transporte rodoviário coletivo de passageiros; e serviços de bufê.

A pesquisa investiga 12 locais, dos quais 5 pertencem à área de atuação do Banco do Nordeste. Em setembro/22, relativamente a agosto/22, apenas Pernambuco registrou expansão (+1,6%). Os demais registraram queda: Espírito Santo (-5,7%), Ceará (-2,7%), Minas Gerais (-1,5%) e Bahia (-1,3%).

Em relação a setembro de 21, as variações foram todas positivas: Minas Gerais (+33,6%), Ceará (+22,4%), Pernambuco (+8,5%), Bahia (+8,0%) e Espírito Santo (+4,7%).

No acumulado dos nove primeiros meses do ano, frente a igual período do ano passado, o índice de atividades turísticas também apresentou expansão: Minas Gerais (+58,7%), Ceará (+47,5%), Espírito Santo (+33,6%), Bahia (+31,1%) e Pernambuco (+22,7%).

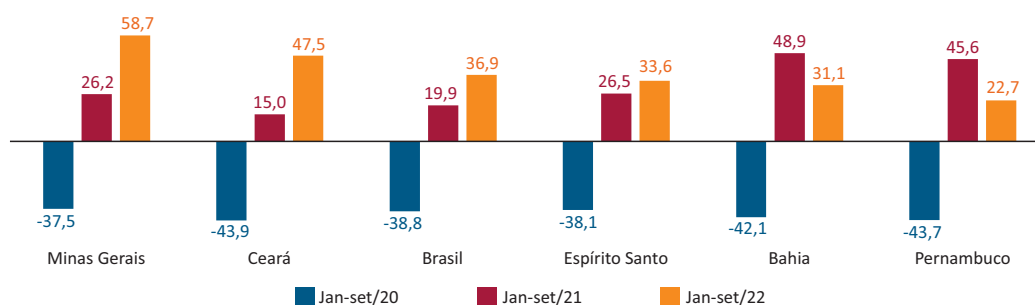
Tabela 3 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, Brasil e estados selecionados - Variação %

Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano		
	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET
Brasil	1,5	1,3	0,4	26,5	22,7	22,5	41,9	39,0	36,9
Ceará	6,5	-5,2	-2,7	38,2	26,6	22,4	56,6	51,6	47,5
Pernambuco	2,6	0,7	1,6	7,3	4,0	8,5	28,9	24,9	22,7
Bahia	-0,2	-1,2	-1,3	14,0	13,7	8,0	38,2	34,6	31,1
Minas Gerais	0,4	3,9	-1,5	38,8	40,8	33,6	67,1	62,9	58,7
Espírito Santo	5,2	-1,7	-5,7	24,2	16,7	4,7	42,1	38,2	33,6

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMS.

O gráfico 1 mostra o comportamento do índice de volume de atividades turísticas no Brasil e nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste contemplados na pesquisa no acumulado até setembro nos três últimos anos. Em 2020, os efeitos da Covid-19 impactaram fortemente o setor. Em 2021, com o avanço da vacinação, o setor começa a reagir positivamente e em 2022, com os resultados apresentados até setembro, a expectativa é de retomada do setor acima dos níveis pré-pandemia.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de atividades turísticas - Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE/PMS.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro a setembro, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Referências

ANAC-AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Base de Dados Estatísticos do Transporte Aéreo**. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: Fev/2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Serviços – junho/2022**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2022_set.pdf. Acesso em: Fev/2023.

OMT. Barômetro Organização Mundial do Turismo (OMT)/UNWTO, World Tourism Barometer - Volume 20, Issue 5, September 2022. Disponível em: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2022-11/UNWTO_Barom22_06_November_EXCERPT.pdf?VersionId=kNOL3rNMSaYFz0XizmRo0EU8x3cVzP0k. Acesso em: Fev/2023.

7 Mercado de Trabalho

7.1 Mercado de trabalho formal no Brasil

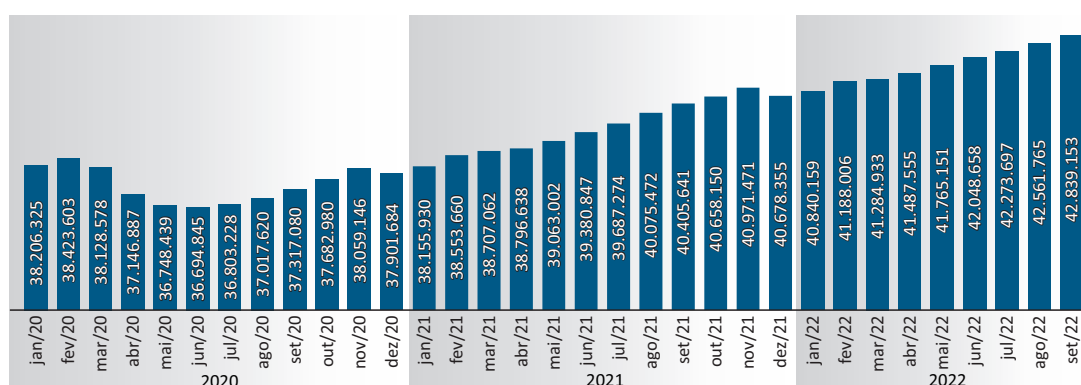
De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia, os indicadores do mercado de trabalho no País vêm paulatinamente mostrando recuperação, sobretudo, frente aos efeitos da pandemia do Coronavírus e, como também diante da crise internacional devido à guerra na Ucrânia.

O nível de emprego celetista no Brasil iniciou tendência de expansão, mesmo que tímida, a partir do segundo semestre de 2020, como mostra o Gráfico 1. Apenas em dezembro de 2020 e 2021, o estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, regrediu. O fato é explicado diante do encerramento de muitas atividades industriais devido às festas de fim de ano.

No decorrer de todo o ano de 2021, o estoque de emprego no Brasil registrou sucessivos ganhos, chegando a contabilizar 40,6 milhões de empregos no País, em dezembro de 2021, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

Nos primeiros nove meses de 2022, também foi dada a continuidade de crescimento do nível de emprego no País, chegando em 42,8 milhões de trabalhadores com registro em carteira assinada. Desta forma, o nível de emprego expandiu-se +5,3% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2021, e +6,0% em relação ao estoque em setembro de 2021.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do Estoque de emprego¹ - janeiro/2020 a setembro/2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões em 2.160.798 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2022. O resultado obtido foi saldo de 17.655.736 admitidos e 15.494.938 desligados de seus postos de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, os cinco grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no acumulado de 2022. Neste período, Serviços (+1.172.601) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nos serviços de Atividades Administrativas (+144.840), de Educação (+137.116) e de Alojamento e alimentação (+88.512).

No mesmo período, a Indústria nacional também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 376.455 novos postos de trabalho. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, com destaque na formação de novos postos de trabalho na Indústria de transformação (+192.678), seguida por Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+15.949), Indústrias extrativas (+7.453) e Eletricidade e gás (+587) que reduziu o nível de emprego. A Indústria de transformação (+192.678) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho do

País, com destaque na geração de emprego na Fabricação de calçados (+24.606) e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+16.110).

O setor da Construção aumentou o nível de emprego em 283.169 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2022. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade Construção de edifícios (+85.131) e Serviços especializados para a Construção (+63.066) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2022. A subatividade Obras de infraestrutura (+36.551) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

Comércio ampliou o quadro de funcionários em +207.539 postos de trabalho no País, no acumulado de 2022. Entre as três atividades pesquisadas, Comércio Varejista (+85.185) maior destaque devido às festas de fim de ano; na sequência, tem-se a ampliação do nível de emprego do Comércio por Atacado (+77.676) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas que registrou perda de empregos, ampliação de +44.034 postos de trabalho.

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego em 121.034 novas vagas, no acumulado de janeiro a setembro de 2022. No período em análise, o cultivo de café (+25.763), soja (+12.907), cana-de-açúcar (+7.422) e criação de bovinos (+7.981) foram as atividades agropecuárias que mais geraram novos empregos. Na produção florestal (+8.617), a Produção de Florestas Plantadas (+4.465) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de empregos no setor.

Tabela 1 – Brasil: Movimentação do emprego, por atividade econômica – Acumulado até o 3º trimestre de 2022

Grupamento de Atividades Econômicas	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque
Agropecuária	974.744	853.710	121.034	1.801.706
Comércio	3.962.520	3.754.981	207.539	9.793.961
Construção	1.775.131	1.491.962	283.169	2.591.357
Indústria	2.755.974	2.379.519	376.455	8.304.176
Serviços	8.187.367	7.014.766	1.172.601	20.347.953
Brasil	17.655.736	15.494.938	2.160.798	42.839.153

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, nota-se ainda que a expansão de novos postos de trabalho no País vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões. O Sudeste (+1.021.942) e Nordeste (+371.227) foram as regiões que ressaltaram com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho, que vem se afirmando nos primeiros nove meses de 2022. Na sequência, Sul (+357.921), Centro-Oeste (+260.125) e Norte (+133.508) também incrementaram no nível de emprego, apresentando também restabelecimento do mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região - Acumulado até o 3º trimestre de 2022

Brasil e Regiões	Admitidos	Desligados	Saldos	Estoque	Varição Relativa (%)
Norte	839.477	705.969	133.508	2.063.801	6,9
Nordeste	2.373.506	2.002.279	371.227	7.012.183	5,6
Sudeste	9.021.755	7.999.813	1.021.942	21.973.275	4,9
Sul	3.637.361	3.279.440	357.921	7.994.398	4,7
Centro-Oeste	1.755.032	1.494.907	260.125	3.748.161	7,5
Não identificado	28.605	12.530	16.075	47.335	---
Brasil	17.655.736	15.494.938	2.160.798	42.839.153	

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Sendo assim, para o acumulado de janeiro a setembro de 2022, numa perspectiva de cenário otimista, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, do avanço da imunização (1ª, 2ª e doses de reforço) da população brasileira e, conseqüentemente, da redução dos novos casos de Covid-19, mesmo com o advento de novas cepas da Covid-19.

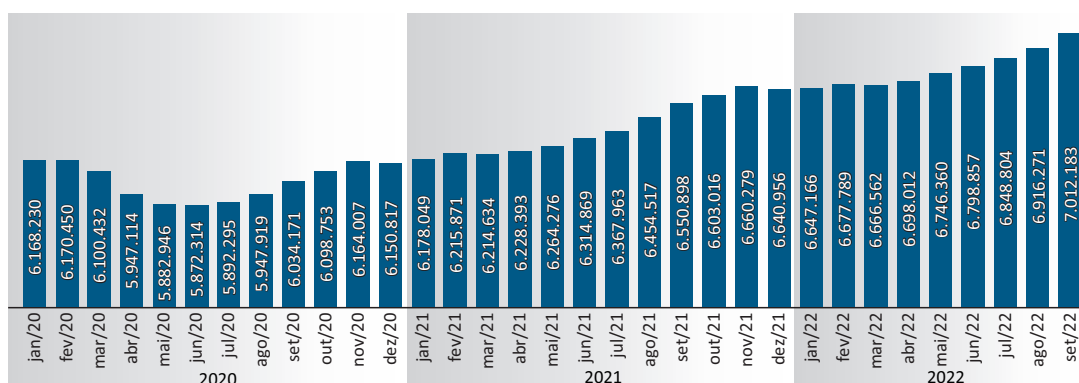
7.2. Mercado de trabalho formal no Nordeste

No Gráficos 2, tem-se a trajetória do estoque de empregos dos meses de 2020 a 2022. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região, consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos nos meses subsequentes.

Desta forma, mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na área econômica, 2021 pontuou saldo positivo, de acordo com dados do Gráfico 2. Neste período, a Região aumentou o nível de emprego em 490.977 novos postos de trabalho. Este quadro de ampliação do estoque de emprego em 2021 é bastante animador, se comparado ao mesmo período de 2020, em que o saldo de emprego foi negativo em -20.830 postos de trabalho.

Para o acumulado de janeiro a setembro de 2022, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de 371.227 novos postos de trabalho. Assim, o estoque de emprego alcançou 7.012.183 vínculos ativos, o que representa variação de 5,6% em relação a dezembro de 2021, mostrando tendência de crescimento no decorrer de 2022, conforme dados do Gráfico 1. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2022), do Ministério da Economia.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - janeiro de 2020 a setembro de 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados do Gráfico 3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste, acumulado de 2022, deriva da combinação do retorno intensivo das atividades dos setores de Serviços e Construção.

Nesse período, Serviços foi o setor que mais gerou novos postos, formação de +188.956 novas vagas de trabalho, crescimento no nível de emprego de +6,0% em relação a dezembro de 2021. Entre seus segmentos, Atividades administrativas (+58.112 postos, +6,7%), Educação (+29.236 postos, +9,1%) e Alojamento e Alimentação (+19.982 postos, +6,5%) se destacaram na ampliação do quadro de funcionários. Nos Estados, todos computaram saldo positivo de emprego no setor de Serviços, com destaque para Bahia (+54.469), Ceará (+36.158), Pernambuco (+30.131) e Maranhão (+25.134), vide Gráfico 3.

Construção registrou o segundo maior saldo positivo de emprego na Região, computando +59.580 novas vagas e crescimento do estoque de emprego de +13,6%, em relação a dezembro de 2021. Na Região, Construção de Edifícios (+34.464 postos) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, variação de +16,6%, seguido por Obras de Infraestrutura (+12.873) e Serviços Especializados em Construção (+12.243). Entre os Estados, todos geraram novos empregos, na liderança: Bahia (+25.743), na sequência, Ceará (+9.162), Pernambuco (+8.628) e Rio Grande do Norte (+5.331), de acordo com dados do Gráfico 3.

Indústria ampliou o nível de emprego em +59.310 novos postos de trabalho, no acumulado de 2022, conforme dados do Gráfico 2. Todas as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo, com ênfase na geração de novos postos de trabalho na Indústria de Transformação (+49.846). Os segmentos Água, esgoto e atividades de gestão de resíduos (+4.851), Indústrias extrativas (+4.462) e Eletricidade e gás

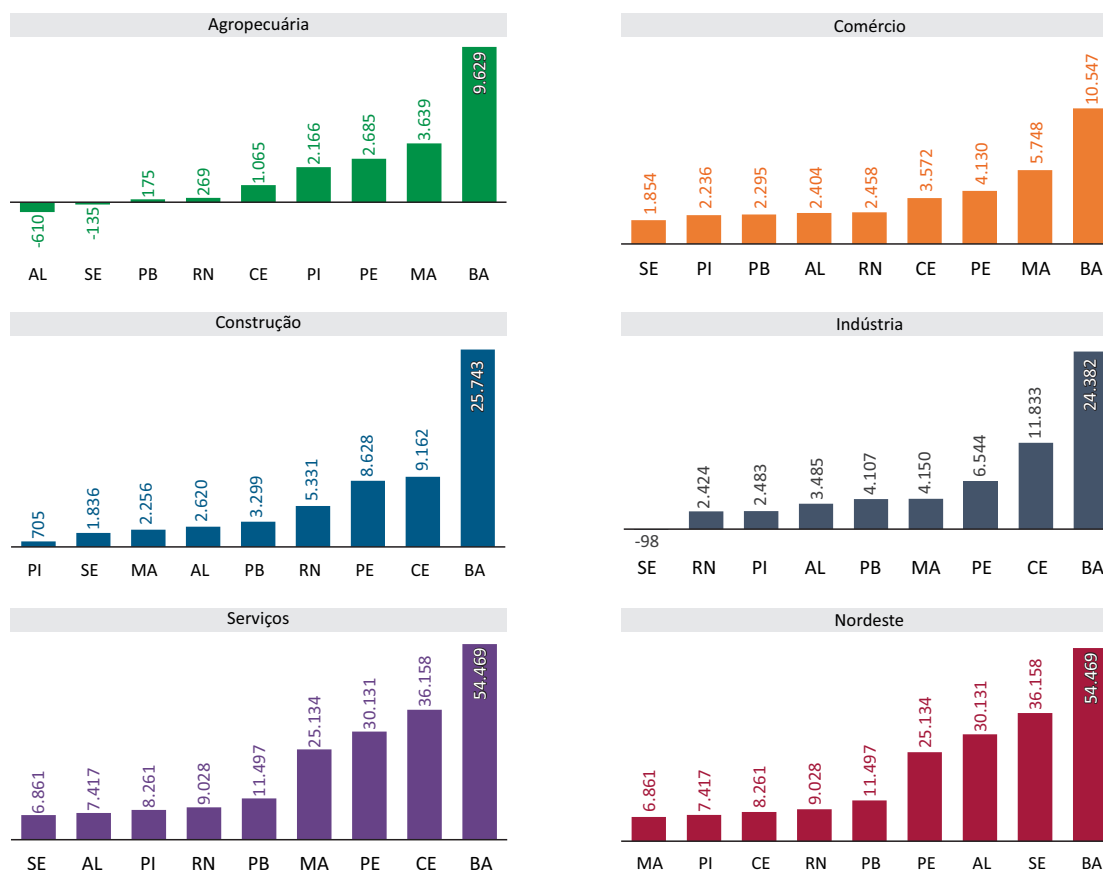
(+151) também pontuaram positivamente. As Indústrias de transformação possuem o maior estoque de trabalhadores, com 1.000.971 trabalhadores registrados em carteira assinada, cerca de 87,1% do estoque de emprego total da Indústria regional. Entre as Indústrias de transformação, Fabricação de Calçados (+19.607) e Manutenção, reparação e Fabricação de Produtos Alimentícios (+8.825) despontaram na geração de novos postos de empregos. Entre os Estados, Bahia (+24.382), Ceará (+11.833), Pernambuco (+6.544) e Maranhão (+4.150) se sobressaíram na formação de novos postos de trabalho na Indústria regional, no acumulado de 2022.

Comércio ampliou seu quadro de pessoal em +35.244 novos postos, no acumulado de janeiro a setembro de 2022, apresentando expansão no nível do estoque de empregos de +2,1%, frente ao ano de 2021. Todas as três subatividades apresentaram crescimento, com destaque para o saldo Comércio Varejista (+15.248), variação de 1,2%. Comércio por Atacado e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas também ampliaram o nível de estoque de emprego, com saldo líquido na geração de novos empregos de +11.234 e +8.762, nesta ordem. No acumulado do ano, todos os estados apresentaram saldo de empregos positivo, tendo Bahia (+10.547), Maranhão (+5.748) e Pernambuco (+4.130) como os estados que mais geraram postos de trabalho no setor do Comércio na Região, vide Gráfico 3.

Na Agropecuária, o saldo de emprego foi de 18.883 novos postos de trabalho no acumulado de 2022, ampliação de +6,6% no estoque de empregos, frente a dezembro de 2021. O resultado deriva, principalmente, da geração de novos postos de trabalho no cultivo de manga (+3.090), uva (+3.762), soja (+2.096), cana-de-açúcar (+1.276), produção florestal (+3.737) e criação de bovinos (+1.273).

Entre os estados, Bahia (+9.629) se sobressai nos cultivos de uva (+1.849), manga (+1.777), soja (+1.219) e produção florestal (+1.065). No Maranhão (+3.639), cultivos de cana-de-açúcar (+1.424), soja (+585) e atividades de apoio à agricultura (+571) responderam por boa parte dos novos empregos gerados no Estado. Em Pernambuco (+2.685), cultivo de uva (+1.915) e manga (+1.104) foram os maiores em saldo de empregos.

Gráfico 3 – Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - Acumulado até o 3º trimestre de 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

7.3 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste vem apresentando trajetória de forte dinamismo, desde o início do ano de 2022; essa tendência segue na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região. De acordo com o Ministério da Economia, todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de emprego positivo, no acumulado de janeiro a setembro de 2022. Assim sendo, Bahia (+124.770) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+61.790), Pernambuco (+52.118) e Maranhão (+40.927), vide Tabela 3.

Desta forma, esse resultado do saldo de empregos positivo reflete no crescimento do estoque de empregos no acumulado de 2022, que foi mais acentuado nos estados do Maranhão (+7,8%) e Bahia (+6,9%), cuja variação foi superior às médias regionais (+5,5%) e nacional (+5,3%), em relação a dezembro de 2021. Piauí (+5,3%) pontuou crescimento igual à média regional (+5,3%). Na sequência, Ceará (+5,2%), Paraíba (+4,9%), Rio Grande do Norte (+4,4%), Alagoas (+4,1%), Pernambuco (+4,0%) e Sergipe (+3,6%) também registraram crescimento no estoque de emprego, segundo dados do Caged.

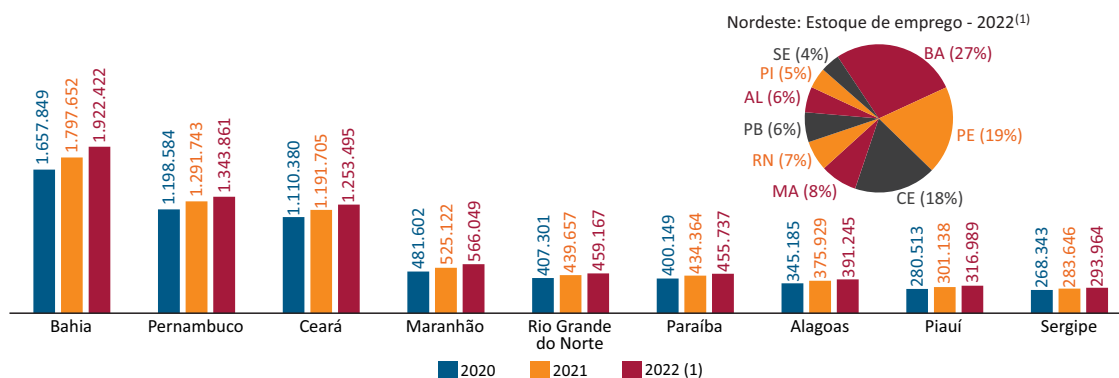
Tabela 3 – Estados do Nordeste: Saldo e Estoque de emprego formal - Setembro e acumulado até o 3º trimestre de 2022

Estados	Saldo de Emprego Formal		Estoque do emprego formal ⁽¹⁾		Variação (%) ⁽²⁾
	Setembro de 2022	Acumulado de 2022	Estoque	Participação (%)	
Maranhão	6.983	40.927	566.049	8,1%	7,8%
Piauí	2.760	15.851	316.989	4,5%	5,3%
Ceará	12.078	61.790	1.253.495	17,9%	5,2%
Rio Grande do Norte	4.181	19.510	459.167	6,5%	4,4%
Paraíba	3.727	21.373	455.737	6,5%	4,9%
Pernambuco	20.528	52.118	1.343.861	19,2%	4,0%
Alagoas	15.625	15.316	391.245	5,6%	4,1%
Sergipe	5.131	10.318	293.964	4,2%	3,6%
Bahia	15.645	124.770	1.922.422	27,4%	6,9%
Nordeste	86.658	371.227	7.012.183	100,0%	5,5%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De modo semelhante ao saldo de emprego positivo, a melhora das condições do mercado de trabalho impactou na representatividade regional do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos. A Bahia contabilizou 1.922.422 empregos formais, representando 27,5% do estoque de empregos regional, em setembro de 2022. Na sequência, destacam-se Pernambuco (1.343.861, participação regional de 19,2%), Ceará (1.253.495, cerca de 17,9%) e Maranhão (566.049, com 8,1% do estoque de emprego regional). Os quatro estados representam cerca de 72,6% do estoque de empregos formais no Nordeste, conforme dados do Gráfico 4.

Gráfico 4 – Estoque de Emprego Formal - Estados do Nordeste - 2020 a 2022⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2022). Nota: (1) Estoque de emprego, posição setembro de 2022.

No Maranhão, Serviços (+25.134) e Comércio (+5.748) foram os setores que mais geraram novos empregos. Em Serviços, o desempenho das Atividades Administrativas (+5.661), a Saúde Humana (+4.640) e Administração pública (+3.427) estimularam a geração de novos postos de trabalho no setor. No Comércio, as três subatividades econômicas pontuaram positivamente no saldo de emprego, com ênfase no Comércio varejista (+3.015).

Na Bahia, a geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+54.469) e Construção (+25.743). Os setores da Indústria (+24.382), Comércio (+10.547) e Agropecuária (+9.629) também contribuíram para o saldo positivo do Estado. Em Serviços, os destaques foram em Atividades Administrativas (+12.192), Educação (+11.196) e Saúde Humana (+7.032). Na Construção, Construção de Edifícios (+14.814) registrou maior saldo de empregos, seguido por Serviços Especializados para Construção (+5.648) e Obras de Infraestrutura (+5.281).

No Piauí, todas as atividades econômicas registraram saldo positivo no acumulado de 2022. Serviços (+8.261) se destacou devido à formação de novos empregos em Atividades Administrativas (+3.203) e Educação (+1.429). Na sequência, a geração de empregos na Indústria (+2.483) e na Agropecuária (+2.166) foram impulsionados principalmente por Fabricação de biocombustíveis (+1.092) e Cultivo de melão (+556).

No Ceará, Serviços (+36.158) foi o que mais formou novos postos de trabalho, no acumulado de 2022. Atividades Administrativas (+13.989) e Alojamento e alimentação (+4.226) foram as atividades que mais impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. Na Indústria (+11.833), Fabricação de calçados (+9.138) se destacou no saldo de emprego positivo. Na Construção (+9.162), a ênfase de geração de empregos foi em Construção de Edifícios (+4.817). Enquanto, Comércio (+3.572) foi impulsionado por Comércio varejista (+1.385).

Por atividade econômica, Serviços, Construção e Comércio ampliaram novos postos de trabalho em todas as Unidades Federativas na Região, no acumulado de janeiro a setembro de 2022. Nesse período, Serviços foi o setor que mais gerou novos postos, formação de +188.956 novas vagas de trabalho, crescimento no nível de emprego de +6,0% em relação a dezembro de 2021. Entre seus segmentos, Atividades administrativas (+58.112 postos, +6,7%), Educação (+29.236 postos, +9,1%) e Alojamento e Alimentação (+19.982 postos, +6,5%) se destacaram na ampliação do quadro de funcionários. Nos estados, todos computaram saldo positivo de emprego no setor de Serviços, com destaque para Bahia (+54.469), Ceará (+36.158), Pernambuco (+30.131) e Maranhão (+25.134), conforme dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - Acumulado até o 3º trimestre de 2022

Estados	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Maranhão	3.639	5.748	2.256	4.150	25.134
Piauí	2.166	2.236	705	2.483	8.261
Ceará	1.065	3.572	9.162	11.833	36.158
Rio Grande do Norte	269	2.458	5.331	2.424	9.028
Paraíba	175	2.295	3.299	4.107	11.497
Pernambuco	2.685	4.130	8.628	6.544	30.131
Alagoas	-610	2.404	2.620	3.485	7.417
Sergipe	-135	1.854	1.836	-98	6.861
Bahia	9.629	10.547	25.743	24.382	54.469
Nordeste	18.883	35.244	59.580	59.310	188.956

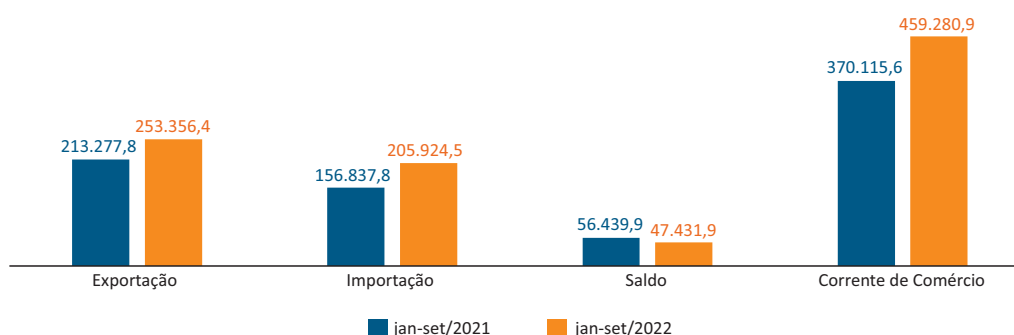
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

8 Comércio Exterior

A balança comercial brasileira acumulou, até setembro de 2022, superavit de US\$ 47,43 bilhões, valor 16,0% inferior ao registrado em mesmo período no ano anterior (US\$ 56,44 bilhões). As exportações do País somaram US\$ 253,36 bilhões, registrando crescimento de 18,8%, comparativamente aos nove primeiros meses do ano passado. As importações aumentaram bem mais (+31,3%), alcançando US\$ 205,92 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia (Gráfico 1).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 459,28 bilhões, no acumulado até setembro, contra US\$ 370,11 bilhões, no ano anterior, acréscimo de 24,1%.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-set/2022/2021 - US\$ Milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/11/2022).

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, de janeiro a setembro deste ano, os produtos da Indústria de Transformação foram responsáveis por 53,6% (US\$ 135,82 bilhões) das vendas externas, com crescimento de 29,8% (+US\$ 31,21 bilhões), no período em análise. Os principais produtos do setor registraram crescimento: Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (+87,3%, +US\$ 4.584,3 milhões), Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+40,4%, +US\$ 2.640,9 milhões) e Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros (+42,3%, +US\$ 535,5 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2022/2021 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-set/2022		jan-set/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	59.313,8	23,4	45.012,9	21,1	31,8
Indústria Extrativa	57.006,4	22,5	62.530,2	29,3	-8,8
Indústria de Transformação	135.818,5	53,6	104.605,0	49,0	29,8
Outros Produtos	1.217,7	0,5	1.129,7	0,5	7,8
TOTAL	253.356,4	100,0	213.277,8	100,0	18,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/11/2022).

O setor Agropecuário, responsável por 23,4% (US\$ 59,31 bilhões) das vendas externas, registrou crescimento de 31,8% (+ US\$ 14,30 bilhões), no período em análise. Os destaques foram as exportações de Soja (+21,1%, +US\$ 7.225,4 milhões), Milho (168,5%, +US\$ 4.263,3 milhões) e Café não torrado (+54,6%, +US\$ 2.160,1 milhões).

A Indústria Extrativa, com 22,5% (US\$ 57,00 bilhões) de participação nas exportações totais do País, nos três primeiros trimestres de 2022, registrou queda nas vendas de 8,8% (- US\$ 5,52 bilhões), ante mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do decréscimo de 36,7% nas

vendas externas de Minério de ferro e seus concentrados (-US\$ 13.368,4 milhões) compensado, em parte pelo aumento nas exportações de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+34,6%, +US\$ 7.8533,9 milhões).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 43,2% do total das vendas externas, no acumulado até setembro de 2022: China (27,5% do total: Soja – 40,0%, Minérios de ferro e seus concentrados – 20,5%; Óleos brutos de petróleo – 16,1%; etc); Estados Unidos (11,0%: Óleos brutos de petróleo – 14,0%; Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 12,5%; Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas - 5,6%; etc) e Argentina (4,7%: Veículos automóveis de passageiros – 10,4%; Partes e acessórios dos veículos automotivos – 10,1%; Minério de ferro e seus concentrados – 3,3%; etc). Relativamente ao mesmo período de 2022, decresceram as exportações para a China (-2,70%) enquanto para os Estados Unidos (+25,8%) e Argentina (+36,0%) aumentaram.

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela crescimento em todas as categorias, com destaque para as importações de Bens de intermediários (64,2% da pauta) e de Combustíveis e lubrificantes (16,0%).

As aquisições de Bens de intermediários cresceram 27,3% (+US\$ 28,39 bilhões) no período em foco. Os principais produtos adquiridos da categoria foram: Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (15,6%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (6,7%) e Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (5,7%).

Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes, o crescimento de 91,0% (+US\$ 15,74 bilhões) no período de análise, foi devido, principalmente, a Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (42,1% da categoria), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (20,1%) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (13,8%).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set/2022/2021 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	jan-set/2022		jan-set/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	20.127,6	9,8	17.871,6	11,4	12,6
Bens intermediários	132.286,1	64,2	103.893,5	66,2	27,3
Bens de consumo	20.380,5	9,9	17.727,9	11,3	15,0
Combustíveis e lubrificantes	33.032,3	16,0	17.290,8	11,0	91,0
Bens não especificados anteriormente	98,0	0,0	54,0	0,0	81,5
TOTAL	205.924,5	100,0	156.837,8	100,0	31,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 16/11/2022).

Já as aquisições de Bens de consumo cresceram 15,0% (+US\$ 2,65 bilhões), no período comparativo. As compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis (79,3% da subcategoria) cresceram 16,0%. Os principais itens importados foram: Outros medicamentos, incluindo veterinários e Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários. Por seu turno, as importações de Bens de consumo duráveis (20,7%) cresceram 11,1%, com destaque para as aquisições de Veículos automóveis de passageiros.

As importações de Bens de Capital registraram incremento de 12,6% (+US\$ 2,26 bilhões), no período. Nos nove meses do ano, as principais aquisições foram em Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (11,5% da categoria), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (7,8%) e Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (6,4%).

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-set/22, foram: China (22,1%), Estados Unidos (19,1%) e Argentina (4,7%). Comparativamente a jan-set/21, cresceram as aquisições oriundas da China (+33,9%), Estados Unidos (+44,1%) e Argentina (+19,2%).

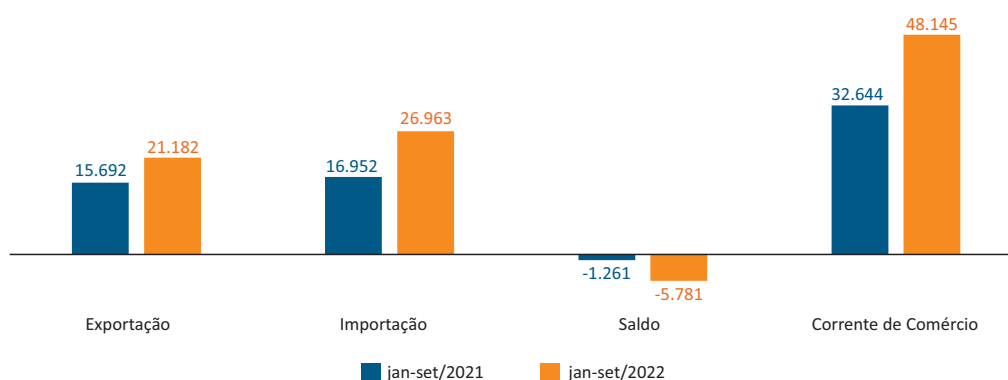
As novas estimativas da Secex para o ano de 2022 indicam superávit da balança comercial de US\$ 55,4 bilhões (ante R\$ 81,5 bilhões na previsão anterior), com US\$ 330,3 bilhões de exportações e US\$ 274,9

bilhões de importações, resultando em corrente de comércio de US\$ 605,2 bilhões. Segundo a Secex, o constante crescimento das importações acima do esperado foi o principal fator responsável pela revisão para baixo na projeção para o superávit comercial de 2022.

8.2 Balança comercial do Nordeste

No período de janeiro a setembro de 2022, as exportações nordestinas totalizaram US\$ 21,18 bilhões, aumento de 35,0% (+US\$ 5,49 bilhões) relativamente a mesmo período de 2021. As importações registraram incremento maior de 59,1% (+US\$ 10,01 bilhões), nesse intervalo, somando US\$ 26,96 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia. Como consequência dessa diferença, a balança comercial nordestina registrou déficit de US\$ 5,78 bilhões contra US\$ 1,26 bilhão em mesmo intervalo de 2021. A corrente de comércio atingiu US\$ 48,14 bilhões (aumento de 47,5%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-set/2022/2021 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

A análise, segundo os setores econômicos, mostra que as exportações da Indústria de Transformação, 62,9% da pauta, cresceram 33,5% (+US\$ 3.344,9 milhões), no período em análise. O destaque foi o incremento de 165,5% (+US\$ 2.481,1 milhões) nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos. O combustível ocupou o segundo lugar na pauta nordestina com 18,8% de participação. Vale destacar, também, o crescimento das exportações de Celulose (+22,8%, + US\$ 265,5 milhões) e Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+43,3%, + US\$ 326,1 milhões).

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2022/2021- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/2022		jan-set/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	6.664,6	31,5	4.585,3	29,2	45,3
Indústria Extrativa	1.125,6	5,3	1.035,2	6,6	8,7
Indústria de Transformação	13.326,5	62,9	9.981,6	63,6	33,5
Outros Produtos	65,6	0,3	89,4	0,6	-26,6
TOTAL	21.182,3	100,0	15.691,5	100,0	35,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

As vendas dos produtos do setor Agropecuário, 31,5% do total, cresceram 45,3% (+US\$ 2.079,3 milhões). As vendas externas de Soja cresceram 52,8% (+US\$ 1.734,0 milhões). A oleaginosa liderou a pauta nordestina com 23,7% de participação. Merece destaque, também, o incremento nas vendas de Milho não moído (+184,1%, +US\$ 284,3 milhões) e Algodão em bruto (+18,4%, +US\$ 85,5 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor (5,3% das vendas externas totais) cresceram 8,7% (+US\$ 90,5 milhões). As vendas de Minério de ferro e seus concentrados retrocederam

25,0% (-US\$ 144,0 milhões). Por outro lado, cresceram as exportações de Minérios de cobre e seus concentrados (+61,6%, +US\$ 97,9 milhões), Minérios de níquel e seus concentrados (+42,6%, +US\$ 72,7 milhões) e Outros minerais em bruto (+51,5%, +US\$ 40,9 milhões).

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 43,3% das vendas externas da Região, no período em análise: China (21,5%: Soja – 76,3%, Celulose – 12,0%, Algodão em bruto – 2,8%), Singapura (11,9%: Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) - 99,2%, Mates e precipitado de cobre - 0,4%, Cobre - 0,1%) e Estados Unidos (10,0%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 12,8%, Celulose – 12,4%, Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas – 9,7%).

Comparativamente ao período de janeiro/setembro/2021, cresceram as vendas para a China (+33,3%, +US\$ 1.137,1 milhões) e Singapura (98,8%, +US\$ 1.250,9 milhões) enquanto decresceram para os Estados Unidos (-21,4%, -US\$ 580,9 milhões).

Já o resultado das importações nordestinas (Tabela 4) foi motivado, principalmente, pelo aumento das compras de Combustíveis e lubrificantes (40,5% da pauta) e de Bens Intermediários (51,9%), no acumulado até setembro/22.

Relativamente ao período de janeiro a setembro de 2021, as importações de Combustíveis e lubrificantes cresceram 117,3% (+US\$ 5.894,7 milhões). Os destaques da categoria foram as aquisições de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (58,9% da categoria), Gás natural, liquefeito ou não (15,7%) e Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (11,0%).

As aquisições de Bens Intermediários cresceram 39,3% (+US\$ 3.948,6 milhões), no período. Os principais produtos da categoria adquiridos foram Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (18,4%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (16,7%) e Trigo e centeio, não moídos (5,7%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set /2022/2021- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/2022		jan-set/2021		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.085,5	4,0	1.022,1	6,0	6,2
Bens intermediários	14.005,3	51,9	10.056,7	59,3	39,3
Bens de consumo	935,5	3,5	847,4	5,0	10,4
Combustíveis e lubrificantes	10.920,6	40,5	5.025,9	29,6	117,3
Bens não especificados anteriormente	16,2	0,1	0,3	0,0	4.627,5
TOTAL	26.963,1	100,0	16.952,4	100,0	59,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

As importações de Bens de Capital aumentaram 6,2% (+US\$ 63,4 milhões), no período. Os principais produtos da categoria adquiridos foram: Máquinas de energia elétrica e suas partes (14,1%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (13,3%) e Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (7,8%).

As aquisições de Bens de consumo registraram acréscimo de 10,4% (US\$ 88,1 milhões), nesse período comparativo. As importações de Bens de consumo duráveis aumentaram 11,9% (+US\$ 24,2 milhões) e de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis 9,9% (+US\$ 63,9 milhões). Os principais produtos da categoria foram: Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (15,2%), Veículos automóveis de passageiros (11,2%) e Equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico (7,6%).

Os principais países de origem das importações nordestinas, até setembro/22, foram: Estados Unidos (36,1%), China (13,5%) e Índia (4,7%) que responderam por 54,3% do total. Comparativamente ao mesmo período de 2021, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+95,4%, +US\$ 4.757,8 milhões), da China (+39,1%, +US\$ 1.018,9 milhões) e Argentina (+31,4%, +US\$ 302,0 milhões).

Dos Estados Unidos, os principais produtos importados foram Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (53,4 %), Gás natural, liquefeito ou não (15,6%) e Propano e butano liquefeito (6,7 %).

Da China, a Região comprou Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (17,4%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (7,1%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (6,6%), dentre outros. Já da Argentina, foram adquiridos Trigo e centeio, não moídos (52,7%), Propano e butano liquefeito (11,9%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (10,9%), etc.

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 88,7% das exportações e 91,8% das importações do Nordeste, nos nove primeiros meses de 2022 (Tabela 5). Dos estados da Região, apenas Bahia (+US\$ 1.603,4 milhões), Piauí (+US\$ 1.108,8 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 251,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 4.080,3 milhões), Ceará (-US\$ 2.085,9 milhões), Maranhão (-US\$ 1.397,4 milhões), Paraíba (-US\$ 717,5 milhões), Sergipe (-US\$ 242,8 milhões) e Alagoas (-US\$ 220,2 milhões).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-set/2022/2021 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2022/ Jan-set/2021	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2022/ Jan-set/2021	
Maranhão	4.530,6	21,4	34,7	5.928,0	22,0	124,1	-1.397,4
Piauí	1.279,1	6,0	74,1	170,4	0,6	-42,7	1.108,8
Ceará	1.869,2	8,8	-9,3	3.955,1	14,7	61,9	-2.085,9
R G do Norte	560,8	2,6	83,1	309,7	1,1	35,8	251,2
Paraíba	104,7	0,5	9,4	822,2	3,0	96,4	-717,5
Pernambuco	1.791,4	8,5	15,9	5.871,7	21,8	20,3	-4.080,3
Alagoas	364,5	1,7	60,7	584,7	2,2	2,3	-220,2
Sergipe	80,9	0,4	110,3	323,7	1,2	163,7	-242,8
Bahia	10.601,2	50,0	44,8	8.997,8	33,4	68,4	1.603,4
Nordeste	21.182,3	100,0	35,0	26.963,1	100,0	59,1	-5.780,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 4.530,6 milhões, no acumulado até setembro deste ano, registrando crescimento de 34,7% (+US\$ 1.168,2 milhões), relativamente ao mesmo período de 2021, motivado pelo aumento das vendas de Soja (+59,3%, + US\$ 672,6 milhões), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+43,3%, US\$ 326,1 milhões) e Celulose (+19,8%, + US\$ 86,3 milhões). As importações, no valor de US\$ 5.928,0 milhões, aumentaram 124,1% (+US\$ 3.282,9 milhões), devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+183,3%, +US\$ 1.163,8 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+103,6%, + US\$ 2.039,0 milhões), 30,3% e 67,6% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 1.279,6 milhões, aumento de 74,1% (+US\$ 544,5 milhões) no período em foco. O destaque foram as vendas externas de Soja e de Milho não moído, exceto milho doce que registraram crescimento de 72,3% (+US\$ 434,7 milhões) e 354,0% (+US\$ 92,5 milhões). As importações, no valor de US\$ 170,4 milhões, decresceram 42,7% (-US\$ 126,9 milhões), no período, reflexo da queda nas aquisições de Bens Intermediários (-45,5%, -US\$ 131,1 milhões), 92,3% da pauta do Estado. Entretanto, vale ressaltar o crescimento de 76,9% (US\$ 4,5 milhões) nas aquisições de Bens de Capital (6,1% das importações do Estado).

O Estado do Ceará registrou, até setembro de 2022, exportações no valor de US\$ 1.869,2 milhões, queda de 9,3% (-US\$ 190,7 milhões), ante mesmo período de 2021. As vendas dos Produtos semiacabados,

lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (52,3% da pauta) e Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (4,5%) decresceram 20,4% (-US\$ 250,4 milhões) e 26,7% (+US\$ 30,3 milhões), respectivamente, no período. As importações somaram US\$ 3.955,1 milhões, aumento de 61,9% (+US\$ 1.512,8 milhões), no período. As aquisições de Bens Intermediários e Combustíveis e Lubrificantes que participam com 48,9% e 45,3%, respectivamente, da pauta importadora cresceram 30,2% (+US\$ 448,7 milhões) e 156,5% (+US\$ 1.092,4 milhões), respectivamente, no período em análise.

As exportações do Estado do Rio Grande do Norte totalizaram US\$ 560,8 milhões, incremento de 83,1% (+US\$ 254,6 milhões), no período em foco, motivado, principalmente, pela venda de Óleos combustíveis de petróleo (+176,3%, +US\$ 208,8 milhões), representando 58,4% do total. As importações, US\$ 309,7 milhões, cresceram 34,8% (+US\$ 81,6 milhões), devido ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+38,1%, +US\$ 76,3 milhões), representando 89,3% do total.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 104,7 milhões e as importações alcançaram US\$ 822,2 milhões, no período de jan-set/22 frente a jan-set/21. Comparativamente ao mesmo período de 2021, as vendas externas aumentaram em 9,4% (+US\$ 9,0 milhões). Os principais produtos da pauta de exportação do Estado registraram crescimento: Calçados (+37,9%, US\$ 15,7 milhões), Sucos de frutas ou de vegetais (+18,0%, +US\$ 2,0 milhão) e Fios têxteis (+130,4%, +US\$ 4,5 milhões). As importações aumentaram de 96,4% (+US\$ 403,5 milhões) devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+58,0%, +US\$ 187,1 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+561,3%, + US\$ 214,8 milhões) que responderam por 61,9% e 30,8%, respectivamente, da pauta do Estado.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.791,4 milhões, registrando incremento de 15,9% (+US\$ 246,3 milhões), com destaque para o incremento nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+46,5%, +US\$ 213,5 milhões); Veículos automóveis de passageiros (+11,3%, +US\$ 24,8 milhões) e Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas; policarbonatos, resinas alquídicas e outros poliésteres; em formas primárias (+6,0%, +US\$ 23,2 milhões). As importações, US\$ 5.871,7 milhões, cresceram 20,3% (+US\$ 989,2 milhões), motivada pelo aumento nas aquisições de todas as categorias econômicas: Combustíveis e Lubrificantes (+46,4%, +US\$ 684,7 milhões), Bens Intermediários (+6,9%, +US\$ US\$ 185,4 milhões), Bens de Consumo (+28,5%, +US\$ 113,8 milhões) e Bens de Capital (+1,6%, +US\$ 5,2 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 364,5 milhões, no período em análise, registrando aumento de 60,7% (+US\$ 137,7 milhões). As vendas do principal produto da pauta de exportação do Estado, com 65,5% participação, Açúcares e melaços, cresceram 17,0% (+US\$ 34,7 milhões). Vale ressaltar, também, a significativa contribuição das vendas de Minério de cobre, iniciada no final do ano passado, que já representa 26,2% (US\$ 95,6 milhões) da pauta alagoana. Já as importações somaram US\$ 584,7 milhões, com incremento de 2,3% (+US\$ 13,3 milhões), devido, principalmente ao aumento nas aquisições de Bens de Consumo (+9,9%, +US\$ 13,4 milhões).

Sergipe exportou US\$ 80,9 milhões, valor 110,3% (+US\$ 42,4 milhões) superior ao total registrado no acumulado de janeiro a setembro de 2021. Esse resultado decorreu, principalmente, do crescimento das vendas de Sucos de frutas (+72,5%, +US\$ 27,3 milhões), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (+48,6%, +US\$ 5,2 milhões) e Calçados (+193,3%, +US\$ 1,3 milhão). Vale ressaltar, também, o início das exportações de Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) que somaram US\$ 9,9 milhões até setembro/22. As importações totalizaram US\$ 323,7 milhões, valor 163,7% (+US\$ 200,9 milhões) superior ao registrado em mesmo período do ano passado, devido ao incremento nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (+US\$ 154,4 milhões).

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 10.601,2 milhões, aumento de 44,8% (+US\$ 3.278,8 milhões). Os maiores incrementos foram nas vendas de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+224,9%, +US\$ 2.031,6 milhões), Soja (+40,6%, +US\$ 626,7 milhões) e Celulose (+24,6%, +US\$ 179,3 milhões). Já as importações atingiram US\$ 8.997,8 milhões, com aumento de 68,4% (+US\$ 3.653,4 milhões), no período, devido aos acréscimos nas compras de Bens Intermediários (+49,6%, +US\$ 1.968,4 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+202,5%, +US\$ 1.709,4 milhões) que representaram 65,9% e 28,4%, respectivamente, da pauta importadora do Estado, nos nove primeiros meses de 2022.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no acumulado do ano até setembro de 2022, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– Jan-set/2022

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (39,9%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (23,8%), Celulose (11,5%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (66,0%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (23,4%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,2%)
Piauí	Soja (81,0%), Milho não moído, exceto milho doce (9,3%), Mel natural (2,8%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (32,8%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos (18,5%), Trigo e centeio, não moídos (12,6%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (52,3%), Calçados (11,8%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (4,5%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (20,6%), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,9%), Gás natural, liquefeito ou não (8,6%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (58,4%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (14,0%), Tecidos de algodão, telas (4,2%)	Geradores elétricos giratórios e suas partes (21,6%), Trigo e centeio, não moídos (21,2%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (19,0%)
Paraíba	Calçados (54,6%), Sucos de frutas ou de vegetais (12,7%), Fios têxteis (7,7%)	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (27,5%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (13,6%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (10,2%)
Pernambuco	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (37,6%), Veículos automóveis de passageiros (13,7%), Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas; policarbonatos etc (13,1%),	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (23,2%), Propano e butano liquefeito (13,5%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (8,4%)
Alagoas	Açúcares e melaços (65,5%), Minérios de cobre e seus concentrados (26,2%), Materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (1,8%)	Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (18,1%), Outros hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (9,4%), Máquinas de energia elétrica (exceto planta elétrica rotativa do grupo 716) e suas partes (4,3%)
Sergipe	Sucos de frutas ou de vegetais (58,2%), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)(12,2%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (9,5%)	Gás natural, liquefeito ou não (47,7%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (21,2%), Motores e máquinas não elétricos, e suas parte (6,1%)
Bahia	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (27,7%), Soja (20,5%), Celulose (8,6%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (29,2%), Gás natural, liquefeito ou não (13,5%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (10,9%)
Nordeste	Soja (23,7%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (18,8%), Celulose (6,8%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (32,5%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (9,6%), Gás natural, liquefeito ou não (6,3%)
Brasil	Soja (16,4%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (12,1%), Minério de ferro e seus concentrados (9,1%)	Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (10,0%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (8,5%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (4,3%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-set/2022

Estados/NE/BR	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (26,4%), Canadá (19,2%), Estados Unidos (10,2%)	Estados Unidos (47,2%), Emirados Árabes Unidos (10,8%), Índia (9,0%)
Piauí	China (54,1%), Espanha (14,2%), Estados Unidos (3,4%)	China (62,0%), Argentina (13,2%), Rússia (6,0%)
Ceará	Estados Unidos (28,9%), México (25,7%), Itália (4,5%)	Estados Unidos (31,6%), China (24,6%), Emirados Árabes Unidos (6,7%)
Rio Grande do Norte	Singapura (57,6%), Estados Unidos (12,3%), Países Baixos (Holanda) (4,9%)	China (44,6%), Argentina (15,9%), Estados Unidos (12,1%)
Paraíba	Estados Unidos (13,4%), Argentina (8,5%), Bélgica (7,0%)	Estados Unidos (47,7%), China (20,8%), Uruguai (8,8%)
Pernambuco	Singapura (36,6%), Argentina (19,0%), Estados Unidos (6,5%)	Estados Unidos (32,6%), China (12,3%), Argentina (10,5%)
Alagoas	Finlândia (20,1%), Geórgia (18,5%), Argélia (12,8%)	China (40,0%), Estados Unidos (13,4%), Chile (7,3%)
Sergipe	Bélgica (21,6%), Países Baixos (Holanda) (20,9%), Argentina (12,4%)	
Bahia	China (24,2%), Singapura (14,4%), Estados Unidos (8,3%)	Estados Unidos (36,0%), China (12,0%), Espanha (6,7%)
Nordeste	China (21,5%), Singapura (11,9%), Estados Unidos (10,0%)	Estados Unidos (36,1%), China (13,5%), Índia (4,7%)
Brasil	China (27,5%), Estados Unidos (11,0%), Argentina (4,7%)	China (22,1%), Estados Unidos (19,1%), Argentina (4,7%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 22/11/2022).

Referências

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. COMEXSTAT - Portal de estatísticas de comércio exterior do Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 22 nov 2022.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. Após o ICMS, acompanha-se a evolução do Grau de Endividamento (despesa consolidada líquida/receita corrente líquida), observado no primeiro quadrimestre de 2022, dos Estados e Capitais. No final do capítulo, trata-se das aplicações das agências oficiais de fomento até o quarto bimestre de 2022.

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos Estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 16,6% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 42,7% do total das transferências. Com isso, a soma das Transferências Constitucionais e ICMS, da Região Nordeste, representam 23,8% do total do país.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – Até setembro de 2022 – R\$ Milhões

Estado/Região	ATÉ setembro/2022				
	FPE + FPM	ICMS	(FPE + FPM) + ICMS	FPE+FPM/ICMS	(FPE+FPM)/(FPE+FPM+ICMS)
Alagoas	6.355	4.295	10.650	148,0	59,7
Bahia	18.099	25.648	43.747	70,6	41,4
Ceará	11.671	12.882	24.553	90,6	47,5
Maranhão	10.967	8.768	19.735	125,1	55,6
Paraíba	7.677	5.801	13.478	132,3	57,0
Pernambuco	11.397	16.464	27.861	69,2	40,9
Piauí	6.800	4.378	11.178	155,3	60,8
Rio Grande do Norte	6.317	5.463	11.780	115,6	53,6
Sergipe	5.258	3.459	8.717	152,0	60,3
Nordeste	84.542	87.158	171.700	97,0	49,2
Norte	33.529	36.849	70.378	91,0	47,6
Sudeste	41.208	255.121	296.329	16,2	13,9
Sul	24.197	92.423	116.620	26,2	20,7
Centro-Oeste	14.295	52.815	67.110	27,1	21,3
Brasil	197.771	524.366	722.137	37,7	27,4

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase a metade (49,2%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 27,4%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, têm a relação abaixo de 50,0%, 41,4%, 47,5% e 40,9%, respectivamente. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. No Piauí, a relação chega a 60,8%, seguida por Sergipe (60,3%), Alagoas (59,7%) e Paraíba (57,0%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 55,0%. Se extraímos do total do Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco, a relação entre as Transferências Constitucionais e ICMS, passa a ser 134,9%, mostrando que para os estados mais pobres da Região, as transferências são recursos mais importantes que a arrecadação do ICMS.

Transferências Constitucionais

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 92,7 bilhões até setembro de 2022, ante R\$ 73,0 bilhões em 2021, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +14,6%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto não aconteceu, na mesma proporção, com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, nos estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 3º trimestre de 2021 e 2022 - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
Alagoas	3.123	3.967	1.848	2.387	348	453
Bahia	6.747	8.453	7.476	9.647	627	816
Ceará	5.232	6.448	4.045	5.224	697	907
Maranhão	5.228	6.554	3.418	4.413	435	567
Paraíba	3.450	4.378	2.557	3.300	279	363
Pernambuco	4.971	6.321	4.003	5.076	439	508
Piauí	3.171	4.015	2.156	2.785	435	567
Rio Grande do Norte	3.003	3.714	2.017	2.603	251	326
Sergipe	2.979	3.686	1.217	1.572	251	326
Nordeste	37.903	47.535	28.739	37.007	3.762	4.832
Espírito Santo	1.141	1.569	1.453	1.875	139	181
Minas Gerais	3.330	4.284	10.691	13.788	418	544
Brasil	73.002	92.746	81.484	105.025	8.148	10.502

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a junho de cada ano.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 47,5 bilhões em 2022, em contraste com R\$ 37,9 bilhões, representando um ganho real de +13,2% em comparação com igual período de 2021. A Região recebeu 51,2% do total dos recursos desse Fundo até em 2022. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2022, em comparação com 2021. Os valores obtidos em 2022 são: Bahia (R\$ 8,5 bilhões), Ceará (R\$ 6,4 bilhões), Maranhão (R\$ 6,6 bilhões) e Pernambuco (R\$ 6,3 bilhões) obtiveram 58,4% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 4,4 bilhões), Piauí (R\$ 4,0 bilhões), Alagoas (R\$ 4,0 bilhões), Rio Grande do Norte e Sergipe (R\$ 3,7 bilhões, cada), com 41,6% do total.

O FPM no País somou R\$ 105,0 bilhões em 2022, em comparação com R\$ 81,5 bilhões em 2021 (Tabela 2). O ganho real foi de +16,3%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 37,0 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 28,7 bilhões em 2021, significando ganho real de +16,2%, em comparação com 2021 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparado com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2022. Todas as Unidades Federativas da Região registraram ganho real no volume de recursos do FPM no ano de 2022, em comparação com semelhante período de 2021. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 9,6 bilhões), Ceará (R\$ 5,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 5,1 bilhões) e Maranhão (R\$ 4,4 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 3,3 bilhões), Piauí (R\$ 2,8 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,6 bilhões), Alagoas (R\$ 2,4 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,6 bilhão), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 10,5 bilhões em 2022, ante R\$ 8,1 bilhões no ano anterior, representando ganho de 16,3% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 4,8 bilhões, com ganho real de +15,9%, comparado com 2021, quando foram alocados R\$ 3,8 bilhões. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar a recuperação, em 2021, do total das perdas sofridas pela capital de Pernambuco em 2020, que sofreu uma redução real de -17,0%, comparado com 2019. A situação volta a prejudicar a capital, neste ano, já que a renda per capita, base para 2022 (ano 2019) voltou a subir (5,5%, com relação à renda de 2018). Como o fator renda per capita é o inverso do valor da renda, quanto maior a renda, menor o fator, sua participação no total das capitais, saiu de 5,4% (em 2021), para 4,8% (em 2022). O valor recebido por Recife, cresceu em termos reais apenas +4,4%, enquanto as outras capitais da Região tiveram crescimento de 17,4%. As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,0% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2022. Fortaleza (R\$ 907 milhões), Salvador (R\$ 816 milhões), São Luís e Teresina (R\$ 567 milhões, cada) e Recife (R\$ 508 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 453 milhões), João Pessoa (R\$ 363 milhões), Natal e Aracaju (R\$ 326 milhões, cada), com 31,4% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2022.

Fortaleza foi a capital que mais recebeu recursos (R\$ 907 milhões), 11,1% acima da segunda colocada, Salvador (R\$ 816 milhões). A variação do Fundo de Participação dos Municípios das capitais do Nordeste variou, em termos reais, +15,9%, em comparação com 2021.

A Tabela 3 traz as previsões para o que vai ser transferido de FPE + FPM, para o período outubro a dezembro de 2022 (Secretaria do Tesouro Nacional), e em 2023 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023), que utilizou os seguintes parâmetros macroeconômicos: IPCA 2023: 4,5%; PIB (var. real): 2,5%; câmbio (médio, R\$/US\$): 5,12 e Selic (média – a.a.): 12,5%. Com os dados reais, até setembro, mais as previsões para outubro a dezembro (STN), a expectativa de crescimento para 2023 é -1,3% (FPE) e +0,7% (FPM).

Tabela 3 – FPE e FPM, Previsões de outubro a dezembro e 2023 - R\$ Milhões – Estados da Área de Atuação do BNB e Brasil

Estado/Região	FPE		FPM	
	outubro a dezembro (2022)	2023	outubro a dezembro (2022)	2023
Alagoas	1.282	5.412	858	3.413
Bahia	2.731	11.609	3.468	13.790
Ceará	2.083	8.944	1.878	7.468
Maranhão	2.117	8.965	1.587	6.308
Paraíba	1.414	5.948	1.186	4.718
Pernambuco	2.042	8.662	1.825	7.257
Piauí	1.297	5.467	1.001	3.981
Rio Grande do Norte	1.200	4.946	936	3.722

Estado/Região	FPE		FPM	
	outubro a dezembro (2022)	2023	outubro a dezembro (2022)	2023
Sergipe	1.191	5.115	565	2.248
Nordeste	15.356	65.068	13.304	52.906
Espírito Santo	507	2.212	674	2.680
Minas Gerais	1.384	5.783	4.957	19.713
Brasil	29.961	126.520	37.757	150.178

Fonte: BNB/Etene, (1) outubro a dezembro, Tesouro Nacional, 2023, com dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

Arrecadação de ICMS

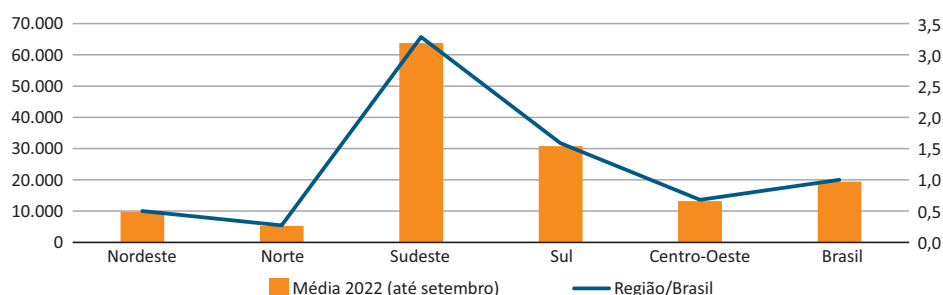
A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 524,4 bilhões até setembro de 2022, ante R\$ 472,5 bilhões no mesmo período de 2021, significando um ganho real de +0,5%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado nos três trimestres de 2022, precisamente 48,8%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,6%), Centro-Oeste (10,0%) e Norte (6,8%).

O Congresso aprovou medida que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e comunicação. Tomando como exemplo, a área de atuação do BNB (AABNB), comparando setembro de 2022, com o mesmo mês de 2021, observa-se que apenas o Maranhão, teve ganho real em sua arrecadação (+41,5%). Todas as Regiões tiveram perdas reais: Nordeste (-2,7%), Norte (-7,7%), Sudeste (-5,2%), Sul (-9,6%) e Centro-Oeste (-12,4%). Na AABNB, as maiores as maiores perdas são: Piauí (-16,3%), Paraíba (-15,9%), Espírito Santo (-14,7%), Minas Gerais (-14,4%) e Sergipe (-13,2%).

O setor com maior participação na arrecadação do ICMS, é o terciário (comércio e serviços, sem energia e a cadeia do petróleo), 37,7% no Brasil e 41,7% no Nordeste. Alguma coisa não anda bem, apenas uma Região teve crescimento real neste setor, Centro-Oeste (+0,8%). As reduções foram: Norte (-4,5%), Nordeste (-1,8%), Sudeste (-0,3%), Sul (-4,8%) e Brasil (-1,5%). Nesse mesmo período, em 2021, o Nordeste crescia, em termos reais, +17,7% e o Brasil, +19,8%. No Nordeste, o crescimento do setor terciário foi +14,3%.

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil (R\$ Milhões) e Relação Região/Brasil – 2022 (até setembro).



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022.

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada estado da Região Sudeste (R\$ 63.780), arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 12.952), e 6,6 vezes mais que a média de cada Estado nordestino. A média de arrecadação de cada estado nordestino (R\$ 9.684), é apenas 0,5 da média nacional, e na Região Norte (R\$ 5.264) é apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 87,2 bilhões, de janeiro a setembro de 2022, em contraste com R\$ 78,6 bilhões em iguais meses de 2021, representando um ganho real de +0,4% no período em análise. A Região Nordeste, junto com o Sudeste (+0,2%), têm as menores variações reais.

Abre um sinal de alerta na dinâmica econômica, preocupando o que pode acontecer com o PIB da Região, tomando o ICMS como uma proxy da economia. Nas demais regiões, apenas o Norte (+4,2%), teve um ganho real mais representativo. O Centro-Oeste (+0,8%), um pouco melhor que o Nordeste e Sudeste, e o Sul (-0,2%), com perda real. O cenário para o ICMS, é muito diferente do quadro das transferências constitucionais, que foi apresentado, ver Tabela 2.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2021 e 2022 (até setembro) – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2021		2022		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	3.880	0,8	4.295	0,8	10,7	0,3
Bahia	22.573	4,8	25.648	4,9	13,6	2,9
Ceará	11.566	2,4	12.882	2,5	11,4	0,9
Maranhão	7.134	1,5	8.768	1,7	22,9	11,3
Paraíba	5.439	1,2	5.801	1,1	6,7	-3,4
Pernambuco	15.844	3,4	16.464	3,1	3,9	-5,9
Piauí	4.153	0,9	4.378	0,8	5,4	-4,5
Rio Grande do Norte	4.943	1,0	5.463	1,0	10,5	0,1
Sergipe	3.101	0,7	3.459	0,7	11,5	1,0
Nordeste	78.633	16,6	87.158	16,6	10,8	0,4
Norte	32.035	6,8	36.849	7,0	15,0	4,2
Sudeste	230.481	48,8	255.121	48,7	10,7	0,2
Espírito Santo	10.987	2,3	12.523	2,4	14,0	3,2
Minas Gerais	49.464	10,5	53.678	10,2	8,5	-1,7
Sul	83.850	17,7	92.423	17,6	10,2	-0,2
Centro-Oeste	47.457	10,0	52.815	10,1	11,3	0,8
Brasil	472.456	100,0	524.366	100,0	11,0	0,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), 2022. Nota: Não foram divulgados os dados de Alagoas e Rio Grande do Norte (até 31 de outubro).

A Região Nordeste, com uma arrecadação de R\$ 87,2 bilhões, até setembro de 2022, teve um crescimento real de, apenas, +0,4%, comparado com o mesmo período de 2021. A principal causa é a queda na arrecadação do setor terciário (-1,8%), que pesa 41,7%, no total da arrecadação, e os baixos crescimentos nos setores secundário (+4,7%), petróleo e combustíveis (+0,9%) e energia (+0,8%), que participam, em conjunto, com 54,6% do total da arrecadação. É um sinal preocupante pois apenas dois Estados não tiveram perdas reais no terciário: Alagoas (+6,7%) e Sergipe (+2,0%), e o Espírito Santo (+20,6%). As maiores perdas reais são do Piauí (-5,6%), Ceará (-3,9%) e Pernambuco (-2,8%). Este setor é a principal referência da dinâmica da economia nordestina, fincada no comércio e serviços.

O cenário não é dos melhores para a Região. Ao longo dos nove meses, a variação real mensal, comparando cada mês com o do ano anterior, observa-se queda em janeiro e fevereiro, aumentos de março a junho, e novas reduções em julho (-1,3%), agosto (-11,6) e setembro (-2,7%), quer dizer, cinco meses com variação negativa, e quatro com variação positiva.

Pernambuco (-5,9%), Piauí (-4,5%), Paraíba (-3,4%) e Minas Gerais (-1,7%) tiveram reduções reais em suas arrecadações. Os outros sete estados da área de atuação do BNB, com variações reais positivas, ficaram entre +0,1% (Rio Grande do Norte) e +11,3% (Maranhão), seguido por Espírito Santo (+3,2%) e Bahia (+2,9%). O forte da variação no Maranhão foi a variação real no setor petróleo (+41,6%), que compensou as reduções no terciário (-1,1%) e energia (-5,3%).

A análise da variação de +0,4%, na arrecadação total da Região, centra-se na queda do setor terciário (-1,8%), que gerou um impacto negativo de -0,8 p.p., e as pequenas variações no setor secundário (variação de +4,7% e impacto de +0,9 p.p.), petróleo (variação de 0,9% e impacto de 0,2 p.p.) e energia (variação de 0,8% e impacto de 0,1 p.p.). Cabe ainda destacar o impacto negativo do grupo dívida ativa e outras receitas (-0,3 p.p.).

Os três setores com as maiores variações positivas, secundário, petróleo e energia, podem ser detalhados em suas variações pelos Estados. Secundário: Rio Grande do Norte (+27,3%) e Bahia (+8,5%). Petróleo: Maranhão (+41,6%) e Minas Gerais (+7,3%). Pernambuco teve perda real (-18,4%) e o Piauí de -16,4%. Energia: Ceará (+7,9%) e Rio Grande do Norte (+6,1%). Minas Gerais teve perda real de -18,1%, e o Espírito Santo de -10,0%.

Grau de Endividamento

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, for menor que 2.

A evolução positiva do Grau de Endividamento dos estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, segundo quadrimestre de 2022, mostra que a evolução continua. O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (1º quadrimestre de 2022), e 0,72 (2º quadrimestre de 2022). Para as capitais, o índice que era 0,20 (2021), caiu para 0,13, nos primeiros quatro meses de 2022, ficando em zero, no 2º quadrimestre.

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021). No primeiro quadrimestre, passou para 16,7%. No segundo, como os recursos em caixa superam suas dívidas líquidas consolidadas, o grau de endividamento nacional ficou em zero, sinalizando que as capitais têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde e infraestrutura. Na Região Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 25,3% (1º quadrimestre de 2022), e 15,4% no 2º quadrimestre. Cabe destacar que o nível de endividamento das capitais nordestinas, representavam 62,2% da média nacional das capitais (2021), e passou a representar 51,3%, no primeiro quadrimestre de 2022. No segundo quadrimestre, o índice de endividamento das capitais da Região é 0,04.

Quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), respondem por 88,3% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2022, que é R\$ 702,2 bilhões, e 46,2% da RCL (receita corrente líquida) do País (R\$ 978,7 bilhões). Estes, também, melhoraram seus índices de endividamento (GRE), que saiu de 1,57 (2021), para 1,43, no primeiro quadrimestre de 2022, e 1,38 no 2º quadrimestre. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, o GRE da Região é apenas 0,25 no 2º quadrimestre de 2022.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -29,4%, em função da redução de sua DCL (variação nominal de -20,4%) e a variação de sua RCL (variação nominal de +12,7%). O Nordeste detém 7,2% da DCL nacional e 20,6% da RCL.

A redução do índice nacional de endividamento (0,88 para 0,72), -17,5%, se deve aos menores endividamentos em todas as regiões, -8,1% na DCL e +11,5 na RCL.

O Estado de Alagoas piorou seu índice de endividamento em 2022, de 0,38 (2021) para 0,47 (2º quadrimestre de 2022). A sua dívida Consolidada Líquida aumentou +28,2%, de 2021 para 2022, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu +3,1%. Maceió, que tinha recursos em caixa acima de sua DCL em 2021 (R\$ 111 milhões), aumentou para 149 milhões no 2º quadrimestre de 2022. As maiores reduções nos níveis de endividamento ocorreram em Pernambuco (-40,6%) e Ceará (-33,2%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -31,7% e um aumento na RCL de +15,0%. No Ceará, a DCL caiu -23,0% e a RCL aumentou em +15,3%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL.

Tabela 5 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Seleccionados – 2021 e 2022 (2º quadrimestre)

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2021	2022	Relação(%) ¹	Var. %	2021	2022	Var. %
Alagoas	0,38	0,47	65,4	24,3	-	-	-
Bahia	0,38	0,27	37,7	-28,5	0,08	-	-
Ceará	0,44	0,29	40,8	-33,2	0,27	0,19	-29,5
Maranhão	0,41	0,32	44,7	-21,9	0,04	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	0,36	0,21	29,7	-40,6	0,22	0,08	-61,3
Piauí	0,47	0,34	46,5	-28,4	0,12	0,20	70,2
Rio Grande do Norte	0,35	0,24	33,6	-29,7	0,32	0,31	-4,4
Sergipe	0,29	0,22	30,1	-26,0	0,11	-	-
Nordeste	0,36	0,25	34,9	-29,4	0,12	0,04	-68,4
Norte	0,09	0,06	8,0	-34,0	0,14	0,04	-71,6
Sudeste	1,45	1,25	173,0	-13,9	0,28	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1,69	1,50	207,2	-11,6	0,10	-	-
Sul	0,95	0,78	108,3	-17,2	-	-	-
Centro-Oeste	0,19	0,10	13,6	-49,2	0,18	0,12	-31,4
Brasil	0,88	0,72	100,0	-17,5	0,20	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2022). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2022. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

Agências Oficiais de Fomento

Este informe, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento, na Região Nordeste. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das agências oficiais de fomento, se estende até agosto, e já permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A análise comparativa com o ano anterior é feita em termos de média de aplicação mensal. A média mensal das aplicações no Nordeste foram R\$ 18,4 bilhões, um crescimento real, com relação a 2021, de +16,6%.

Os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 147,5 bilhões, até o quarto bimestre, no Nordeste. O BNB ocupa a terceira participação em volume (R\$ 18,6 bilhões). Nas principais agências, apenas o Banco do Brasil (-6,0%) e o BASA Nordeste (-63,6%) tiveram uma aplicação média (mensal) abaixo de 2021. Em termos de participação no total das aplicações, apenas a CEF aumentou sua participação, de 25,5% (2021) para 36,9% (2022). O Banco do Brasil continua a ser a principal agência em volume, 38,7% do total. Sua alocação se concentra no segmento “outros” (64,6%) do seu total. Acreditamos ser em sua maioria pessoa física. Na área de maior risco, por suas particularidades climáticas, o setor rural captou R\$ 13,7 bilhões até agosto (9,3% do total das aplicações), em que 72,6% são de responsabilidade do BNB.

Avaliando a captação de recursos (média mensal) por habitante, população estimada em 2021 e 2022 pelo IBGE, observa-se que quatro estados estão entre as cinco primeiras posições nos dois períodos: Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe. O Piauí, que tinha uma captação média por habitante no valor de R\$ 365,77, superava em 2021 o segundo, Rio Grande do Norte (R\$ 350,20). As posições se inverteram em 2022; o Rio Grande do Norte passa a ter uma captação média por habitante de R\$ 438,71, enquanto o Piauí, de R\$ 426,37. As duas últimas posições, em 2022, são ocupadas por Pernambuco e Ceará, R\$ 261,24 e R\$ 266,16, respectivamente.

Olhando a distribuição dos recursos pelos setores produtivos, nas principais agências de fomento, nota-se que o BNB tem uma dispersão mais equilibrada, em que os setores rural, industrial e serviços captaram 97,8% dos recursos, sendo 36,4%, 30,1% e 31,4%, respectivamente. Nesses três setores, o BNDES aplicou 88,2%, só que 78,8% no setor serviços. Na CEF, habitação e “outros”, captaram 71,6% dos empréstimos e financiamentos, enquanto, no Banco do Brasil, 66,9% das aplicações estão no segmento “outros”.

À primeira vista, dá uma impressão de distorção das aplicações do BNB e BNDES, agências puras de desenvolvimento, em que a maior parte dos recursos estão alocados no segmento grande porte, 46,7% no BNB e 84,1% no BNDES. É neste segmento que se encontram os empreendimentos de infraestrutura, base para as outras cadeias produtivas, e geradoras de funding suficiente para dar sustentação aos empreendimentos de maior risco, nos outros portes. O segmento micro, que incorpora as aplicações para pessoa física, é o foco do Banco do Brasil (66,9% das aplicações) e Cef (90,7%).

Tabela 6 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por setor – R\$ Milhões – 4º bimestre de 2022

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros
	147.483	13.732	15.948	15.543	818	23.083	19.326	59.033
% de cada setor no Nordeste	100,0	9,3	10,8	10,5	0,6	15,7	13,1	40,0
BNB	18,6	72,6	51,8	0,5	0,0	37,3	0,0	0,9
BNDES	5,5	2,9	2,3	2,5	68,5	27,6	0,0	0,0
CAIXA	36,9	20,0	14,8	41,4	0,0	16,9	96,3	34,5
BANCO DO BRASIL	38,7	2,0	30,8	55,3	27,4	17,9	3,7	64,6
OUTROS ¹	0,3	1,6	0,2	0,3	4,2	0,3	0,0	0,0
BASA NORDESTE	0,1	0,9	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

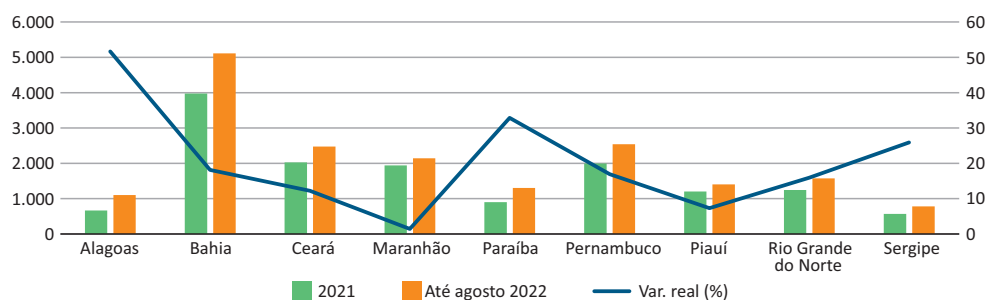
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Principalmente pessoa física. 2. Finep e Finame. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a agosto de 2022.

Tabela 7 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Nordeste – Por porte – R\$ Milhões – 4º bimestre de 2022

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	147.483	90.191	15.126	17.387	1.204	23.575
% de cada setor no Nordeste	100,0	61,2	10,3	11,8	0,8	16,0
BNB	18,6	2,8	28,7	44,6	0,0	54,3
BNDES	5,5	0,1	2,4	4,6	0,0	28,8
CAIXA	36,9	54,7	18,2	8,5	40,9	1,4
BANCO DO BRASIL	38,7	42,3	50,5	40,4	55,1	15,0
OUTROS ¹	0,3	0,0	0,0	1,6	3,9	0,3
BASA NORDESTE	0,1	0,1	0,2	0,2	0,0	0,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. 1. Principalmente pessoa física. 2. Finep e Finame. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a agosto de 2022.

Gráfico 2 – Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos – Estados do Nordeste – Média mensal – R\$ Milhões – 2021 e 4º bimestre de 2022



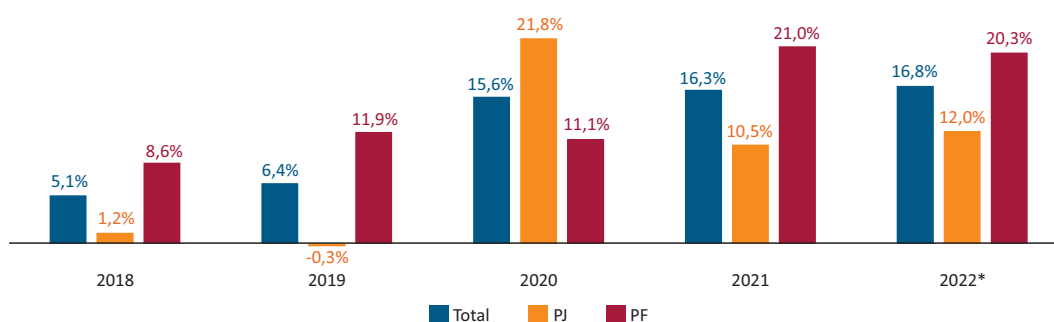
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no final do 3º. Trimestre de 2022, alcançou a marca de R\$ 5,1 trilhões de reais, o que representa crescimento de 16,8%, quando comparado com o mesmo período do ano de 2021.

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros destinada a pessoa física, que avançou 20,3% no acumulado dos últimos doze meses.

Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022*



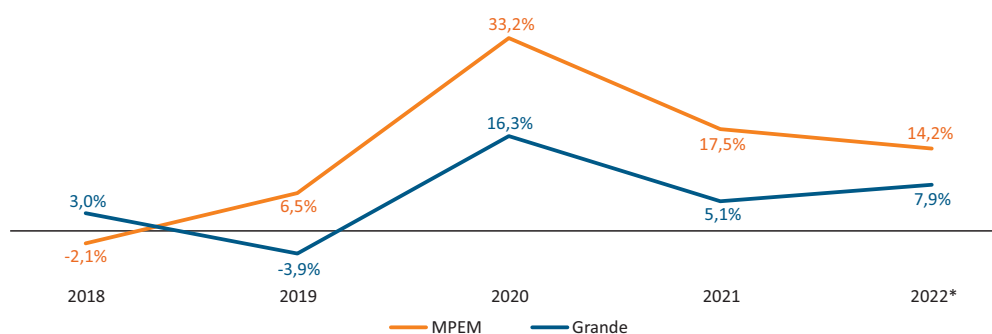
Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).
2022 refere-se a setembro no acumulado dos últimos 12 meses.

No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentiu os efeitos econômicos do atual cenário desafiador da pandemia e da inflação elevada, apresenta aceleração no saldo de crédito em 14,2% nos últimos doze meses, terminados em setembro de 2022.

Entre as fontes de operações de empréstimos e financiamentos, os recursos livres apresentaram velocidade de crescimento superior aos direcionados. Os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados principalmente para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como as operações com capital de giro e cartão de crédito.

Segundo o Banco Central, o saldo de crédito com recursos livres às empresas atingiu R\$1,4 trilhão no final do 3º. Trimestre de 2022, com alta de 15,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de forma que entre as principais modalidades de crédito que impulsionaram o crédito livre para as empresas em setembro, destacou-se o crescimento das operações de desconto de duplicatas e outros recebíveis, influenciada pela alta sazonal de final de trimestre, bem como as expansões em cartão de crédito total, financiamento para aquisição de veículos e capital de giro com prazo superior a 365 dias.

Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022*

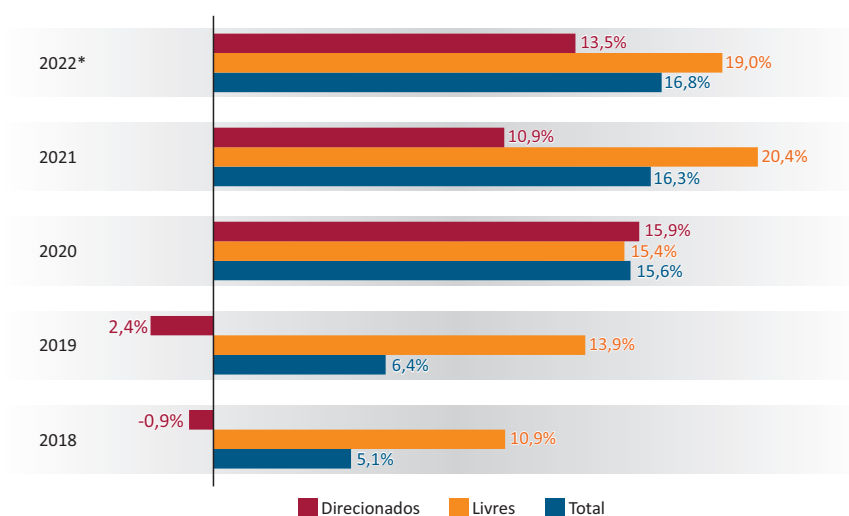


Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).
*2022 refere-se a setembro no acumulado dos últimos 12 meses.

Para as famílias, de acordo com o Bacen, o saldo de crédito com recursos livres às famílias atingiu R\$1,7 trilhão em setembro, com alta de 21,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Por modalidades, o crescimento se manteve disseminado, como nos últimos meses, com destaque para o crédito consignado para trabalhadores do setor público, cartão de crédito rotativo, crédito pessoal não consignado, crédito pessoal destinado à composição de dívidas e crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS.

Os recursos direcionados, que registraram a marca de R\$ 2,1 trilhões, são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito. Nos últimos dozes meses, os recursos direcionados cresceram 13,5%.

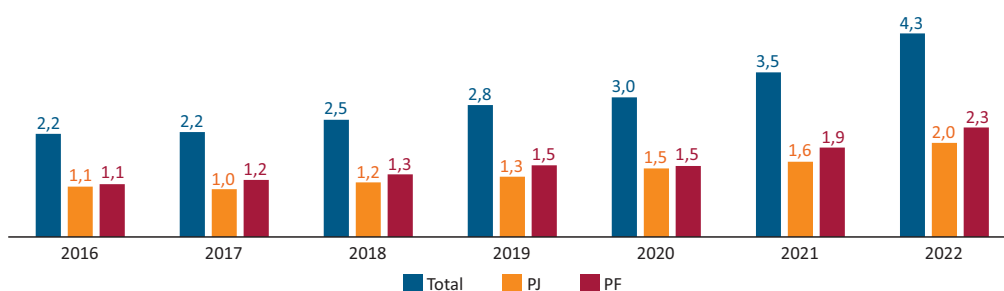
Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2018 a 2022*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2022).
*2022 refere-se a setembro no acumulado dos últimos 12 meses.

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, no período de janeiro a setembro de 2022, foram de R\$ 4,3 trilhões, representando crescimento nominal de 23,7%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

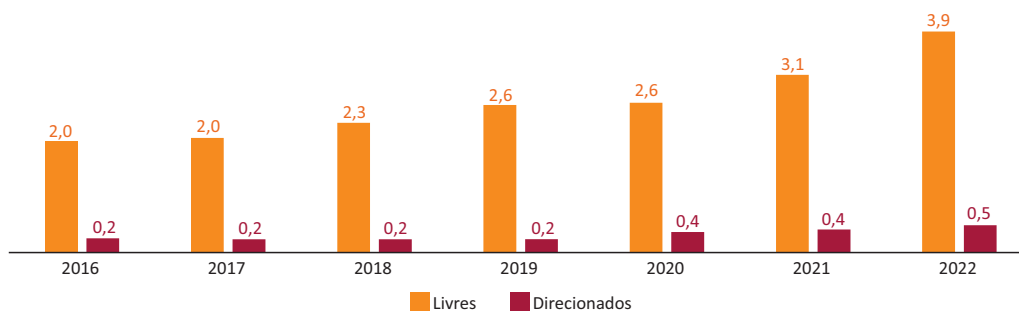
Gráfico 4 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro – 2016 a 2022.



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

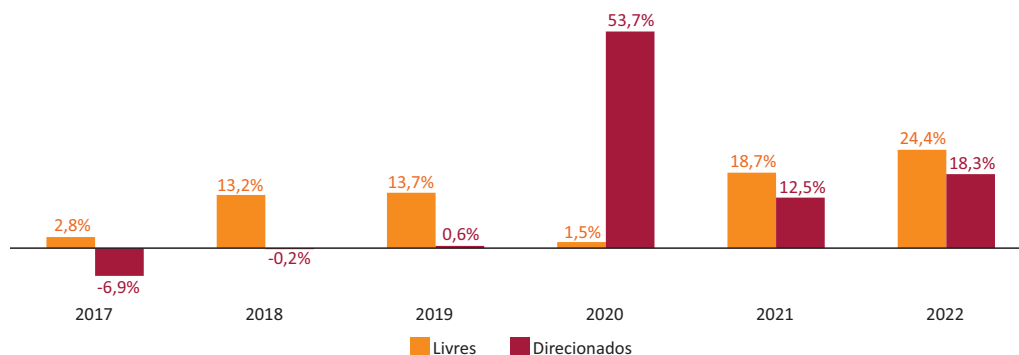
Sob a ótica das origens, os recursos podem ser caracterizados em recursos livres e direcionados. Nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), foi contratado o montante de R\$ 3,9 trilhões no acumulado dos três primeiros trimestres de 2022, o que representa crescimento de 24,4%, quando comparado ao ano anterior.

Gráfico 5 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro – 2016 a 2022



Fonte: Banco Central (2022).
Elaboração: Etene (2022).

Gráfico 6 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – Janeiro a Setembro – 2017 a 2022.



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: Etene (2022).

As concessões de crédito destinadas a pessoa jurídica apresentaram crescimento de 25,2%, enquanto, a pessoa física, apresentou evolução positiva de 22,4% nos créditos concedidos no período de janeiro a setembro de 2022.

Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o funding dos recursos livres, destacam-se em termos de volume de recursos concedidos, as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 587,3 bilhões) e antecipação de cartão de crédito (R\$ 198,6 bilhões), que no período de janeiro a setembro cresceram em 29,0% e 12,2%, respectivamente. Somente estas duas modalidades de crédito, sob o amparo dos créditos livres, representam 42,3% dos recursos concedidos nos primeiros nove meses de 2022 para as empresas.

As modalidades de crédito que apresentaram melhor performance na concessão de crédito, também sob o amparo dos recursos livres, no período de janeiro a setembro, em termos de crescimento quando comparado com o mesmo período do ano passado, podem-se destacar: cartão de crédito parcelado (145,3%) e o financiamento à importação (102,3%).

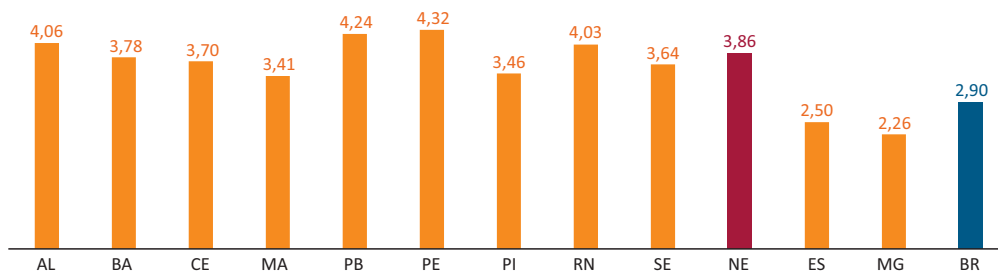
Nos recursos direcionados, onde operações de crédito são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura, foram concedidos créditos no período de janeiro a setembro de 2022 no montante de R\$ 477,6 bilhões, o que significa avanço nominal de 18,3%, em comparação ao mesmo período de 2021.

A taxa de inadimplência das operações de crédito, correspondente aos atrasos superiores a noventa dias, situou-se no Brasil em 2,90% no final do 3º. Trimestre de 2022 (+0,61 p.p. nos últimos 12 meses). A

inadimplência, desde o início do ciclo de alta da taxa Selic em março de 2021, apresentou elevação em 13 dos 18 meses do período.

A taxa de inadimplência regional registrou +3,86% no final do mês de setembro de 2022, avanço de 0,96 p.p. nos últimos 12 meses, situando-se acima da taxa de inadimplência nacional (+2,90%), fundamentalmente em decorrência dos indicadores em nível estadual, onde todas as Unidades da Federação do Nordeste anotaram inadimplência maior que a média brasileira. Minas Gerais (+2,26%) e Espírito Santo (+2,50%), que fazem parte da área de atuação do BNB, apresentaram inadimplência inferior à média brasileira.

Gráfico 7 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Setembro de 2022

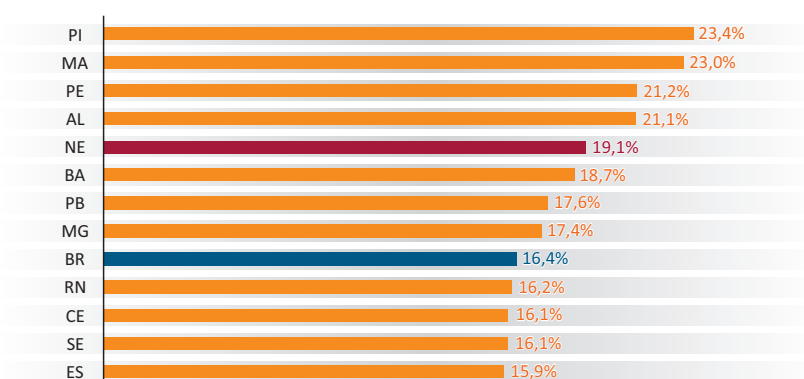


Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022)

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino atingiu o montante de R\$ 692,7 bilhões de reais no final do 3º trimestre de 2022, e superando a dinâmica nacional, apresentou crescimento de 19,1% nos últimos 12 meses, terminados em setembro de 2022. No Brasil, na mesma métrica de comparação, o crédito avançou 16,4%. Entre os estados nordestinos, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Piauí (+23,4%) e no Maranhão (+23,0%). No montante total de crédito, os principais estados são: Bahia (R\$ 186,5 bilhões), Pernambuco (R\$ 117,7 bilhões) e Ceará (R\$ 112,0 bilhões).

Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito nos últimos 12 meses, terminados em setembro de 2022, foi na Região Norte, que registra crescimento no saldo de crédito de 24,9%. O Nordeste, com crescimento de 19,1% na mesma base de comparação, ficou em terceiro lugar no crescimento da carteira de crédito.

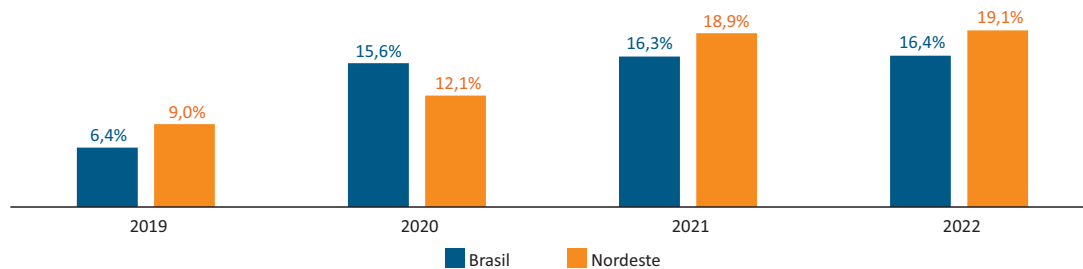
Gráfico 8 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Setembro de 2022



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

No Nordeste, a trajetória ascendente do crédito é, em grande medida, devido à forte aceleração de crédito para as pessoas físicas, que registrou expansão de 20,6% na carteira de crédito; enquanto nas empresas, apontou elevação em 16,0%.

Gráfico 9 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Em 12 Meses % - 2019 a 2022*



Fonte: Banco Central (2022). Elaboração: BNB/Etene (2022).

*2022 refere-se ao acumulado dos últimos 12 meses, terminados em setembro/2022.

O saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinado às famílias representa 70,0% do total, cabendo a parcela restante (30,0%) às empresas. O saldo de crédito da pessoa física está em aceleração pelo 28º mês consecutivo.

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2022). Estatísticas. Séries Temporais (SGS). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 14 Dezembro 2022.

11 Índices de Preços

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, 2020, com os dados de dezembro de 2019 (os dados de 2020 só saem no final de 2022), deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na Região Nordeste, 61,4% ganham até dois salários mínimos. Este percentual cai para 49,3% no País como um todo. A ampliação do limite para três salários mínimos, apresenta que 73,3% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 66,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1. Vale a pena acompanhar a evolução dos itens: alimentação no domicílio, gás butano, energia residencial e ônibus municipal, que afetam diretamente as classes menos abastadas.

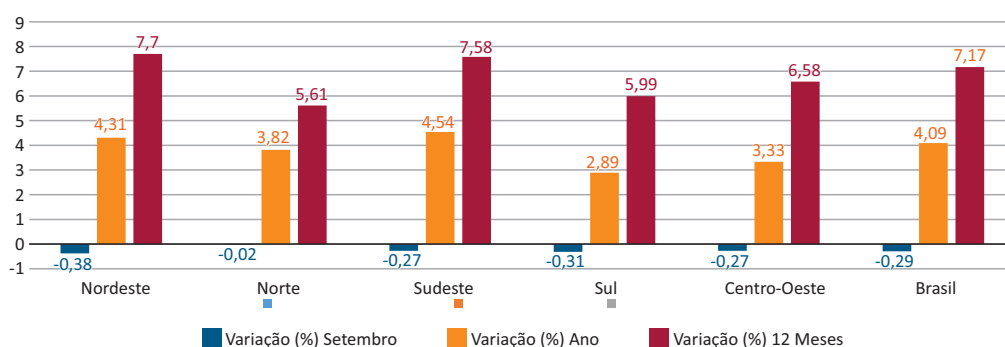
Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios, por Faixa de Remuneração – Rais 2019

Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	7,7	44,6	15,1	67,4
Nordeste	11,1	50,3	11,9	73,3
Sudeste	4,4	41,6	18,3	64,3
Sul	4,9	41,0	21,0	66,9
Centro-Oeste	5,8	41,7	15,4	62,9
Brasil	6,0	43,3	17,2	66,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Rais 2020, Ministério da Economia. Nota: SM – salário mínimo.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de setembro teve queda de 0,29%, terceiro mês seguido em que o indicador apresentou deflação. Essa é a menor variação para um mês de setembro desde o início da série histórica. No ano, o IPCA acumula alta de 4,09% e, nos últimos 12 meses, de 7,17%, abaixo dos 8,73% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2021, a variação havia sido de 1,16%. A variação nas Regiões foi de -0,02% (Norte) a -0,38% (Nordeste).

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – setembro 2022, ano e em 12 meses terminados em setembro de 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

Das 16 capitais pesquisadas, a única variação positiva foi em Curitiba (+0,17%); a menor variação ocorreu em São Paulo (-0,65%). A variação no ano se encontra entre +1,83% (Goiânia) e +5,50% (São Paulo). O IPCA em doze meses, terminados em setembro, tem Recife na quinta posição (+7,20%), as outras capitais nordestinas estão abaixo, entre +6,31% (Salvador) e +7,07% (São Luís). O Nordeste tem a segunda maior inflação no ano (+4,31%), o Sudeste supera (+4,54%). Em doze meses, terminados em setembro (+7,70%), o Nordeste tem a primeira posição, seguida pelo Sudeste (+7,58%).

Ostrês grupos que foram responsáveis pela maior parte da inflação regional em 2021 (alimentação e bebidas, habitação e transportes), perderam sua força, a partir das mudanças efetuadas no ICMS e outros impostos, que afetaram os serviços de energia, combustíveis e comunicações. Ainda têm alguma representatividade

no IPCA em doze meses, terminados em setembro, quando representam 51,6% do índice geral. No ano, esta representatividade caiu para 34,3%. No mês, o impacto dos três grupos é -0,48 p.p., mas habitação gerou um impacto positivo de +0,08 p.p.; o destaque é a queda em -0,55 p.p. de transportes. No ano, alimentação e bebidas ainda continua com um forte impacto, responde por 52,3% do índice geral. Os outros dois grupos têm uma tendência de queda, o impacto negativo de -0,78 p.p.. No ano, além de alimentação e bebidas, novos atores passam a atuar, substituindo em importância dos grupos habitação e transportes. Saúde e cuidados pessoais (impacto de 1,09 p.p.), vestuário (+0,76 p.p.) e educação (+0,42 p.p.), passaram a ter impactos maiores.

O IPCA no mês: Os três grupos que puxaram a queda do IPCA nordestino, no mês de setembro, por ordem de importância em seus impactos são os transportes (-0,55 p.p.), comunicação (-0,12 p.p.) e alimentação e bebidas (-0,01 p.p.). Em conjunto, o impacto negativo é de -0,67 p.p., acima do índice do mês (-0,38%). Em transportes, as maiores variações são da gasolina (variação de -9,7% e impacto de -0,52 p.p.) e ônibus urbano (variação de -1,63% e impacto de -0,03 p.p.). Entre as capitais nordestinas pesquisadas, a gasolina variou de -7,18% (Salvador) a -12,04% (Recife). Os destaques em comunicação: são acesso a internet (variação de -12,34% e impacto de -0,08 p.p.), aparelho telefônico (variação de -1,25% e impacto de -0,01 p.p.) e combo de telefonia, internet e tv por assinatura (variação de -1,84% e impacto de -0,01 p.p.). O acesso a internet, variou de -10,95% (São Luís e Fortaleza) a -13,17% (Salvador). No grupo alimentação e bebidas, os impactos foram em duas mãos, em seus dois subgrupos: enquanto alimentação dentro do domicílio teve impacto negativo de -0,03 p.p., alimentação fora do domicílio, variou +0,02 p.p.. As principais variações em alimentação dentro do domicílio, vêm de carnes (variação de -0,83% e impacto de -0,03 p.p.), leite longa vida (variação de -4,29% e impacto de -0,03 p.p.), óleo de soja (variação de -7,28% e impacto de -0,03 p.p.), tomate (variação de -7,28% e impacto de -0,02 p.p.) cereais, leguminosas e oleaginosas (variação de -1,59% e impacto de -0,02 p.p.). Os destaques positivos, no subgrupo fora do domicílio, são as refeições (variação de +0,18% e impacto de +0,01 p.p.) e lanches (variação de +0,59% e impacto de +0,01 p.p.).

As variações dos grupos nas capitais nordestinas pesquisadas, são bastante heterogêneas. Como exemplo, o grupo alimentação e bebidas, que gerou um impacto negativo no Nordeste, de -0,01 p.p., têm apenas duas capitais em que este impacto é negativo: Fortaleza (variação de -0,42% e impacto de -0,10 p.p.) e Aracaju (variação de -0,23% e impacto de -0,05 p.p.). Apenas dois grupos tiveram variações negativas em todas as capitais: transportes e comunicação. A variação em transportes foi de -1,43% (Aracaju) a -3,50% (Recife). Em comunicação, variou de -2,55% (Salvador) a -3,08 (São Luís). Estes dois grupos são os destaques em termos de levar o índice regional para um impacto negativo de -0,38 p.p..

Comparando os impactos entre o índice nacional e o regional, à exceção de alimentação e bebidas e artigos de residência, os impactos nos outros grupos são parecidos. No grupo alimentação e bebidas, enquanto no índice regional a variação foi de -0,02%, no índice nacional, foi de -0,51%. Em artigos para residência, houve uma variação de -0,13% no índice nacional, e um aumento no índice regional de +0,14%.

Em termos de impactos positivos, nas capitais nordestinas pesquisadas, o grupo vestuário foi o mais importante em Fortaleza, Recife e Salvador. Em Aracaju, o destaque é saúde e cuidados pessoais, e habitação tem o maior impacto em São Luís.

Tabela 2 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Setembro de 2022

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-0,65	-0,43	-0,32	-0,12	-0,15	-0,38	-0,29
Alimentação e Bebidas (p.p.)	-0,10	0,05	0,01	-0,05	0,01	-0,01	-0,11
Habitação (p.p.)	-0,01	0,08	0,04	0,06	0,33	0,08	0,09
Artigos de Residência (p.p.)	0,02	-0,01	-0,00	0,01	0,03	0,01	-0,01
Vestuário (p.p.)	0,11	0,10	0,07	0,06	0,10	0,09	0,08
Transportes (p.p.)	-0,62	-0,68	-0,46	-0,26	-0,60	-0,55	-0,41
Saúde e Cuidados Pessoais (p.p.)	0,06	0,08	0,04	0,12	0,03	0,06	0,07
Despesas Pessoais (p.p.)	0,01	0,05	0,05	0,06	0,08	0,04	0,09
Educação (p.p.)	0,01	0,00	0,04	-0,00	0,00	0,02	0,01
Comunicação (p.p.)	-0,12	-0,12	-0,11	-0,12	-0,14	-0,12	-0,11

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

A Inflação no ano: Os grupos alimentação e bebidas, vestuário e saúde e cuidados pessoais, representam 95,3% do IPCA nordestino, e 90,7% do índice nacional. Nas capitais nordestinas pesquisadas, a importância destes no IPCA, vai de 85,2% (Fortaleza) a 117,1% (Recife). Os maiores IPCA's se encontram em Salvador (+4,97%) e Aracaju (+4,60%).

Tabela 3 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – até setembro de 2022

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	4,19	3,49	4,97	4,60	3,94	4,31	4,09
Alimentação e Bebidas (p.p.)	1,97	2,30	2,36	2,06	2,41	2,26	2,06
Habituação (p.p.)	0,18	-0,61	0,16	-0,24	-0,87	-0,18	-0,17
Artigos de Residência (p.p.)	0,35	0,30	0,19	0,20	0,46	0,28	0,27
Vestuário (p.p.)	0,54	0,62	0,90	0,98	0,89	0,76	0,60
Transportes (p.p.)	-0,58	-0,85	-0,47	-0,41	-0,68	-0,60	-0,62
Saúde e Cuidados Pessoais (p.p.)	1,06	1,16	0,98	1,30	1,19	1,09	1,05
Despesas Pessoais (p.p.)	0,31	0,34	0,50	0,35	0,41	0,40	0,60
Educação (p.p.)	0,46	0,36	0,45	0,52	0,29	0,42	0,38
Comunicação (p.p.)	-0,10	-0,14	-0,10	-0,15	-0,17	-0,12	-0,07

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022).

No grupo alimentação e bebidas (variação +9,44% e impacto de 2,26p.p.), os principais impactos são de frutas (variação +19,2% e impacto de +0,2 p.p.), leite e derivados (variação +29,7% e impacto de 0,7 p.p.), pão francês (variação de +22,7% e impacto de +0,3 p.p.), bebidas e infusões (variação de +11,5% e impacto de +0,2 p.p.), aves e ovos (variação +7,3% e impacto de +0,2 p.p.) e refeição (variação de +5,6% e impacto de +0,2 p.p.). Em saúde e cuidados pessoais, os destaques são higiene pessoal (variação de +10,9% e impacto de +0,6 p.p.), produtos farmacêuticos (+11,3% e impacto de 0,4 p.p.) e serviços de saúde (variação de +3,8% e impacto de +0,2 p.p.). Roupas (+15,1% e impacto de 0,6 p.p.) e calçados (+15,0% e impacto de 0,2 p.p.) detêm os principais impactos em vestuário. A redução de -3,0% em transportes (impacto de -0,6 p.p.), até setembro, se deve à gasolina (variação de -25,3% e impacto de -1,4 p.p.). O combustível variou entre -22,1% (Salvador) e -27,7% (São Luís). Em sentido contrário, observa-se os aumentos em veículo próprio (variação de +9,9% e impacto de +1,0 p.p.) e transporte público (variação de +6,1% e impacto de +0,2 p.p.).

Todos os grupos, nos índices nacional e regional, tiveram impactos parecidos no ano, sem grandes distorções. Transportes e comunicação tiveram impactos negativos em todas as capitais nordestinas pesquisadas. O impacto, em conjunto, variou de -0,1 p.p. (Salvador e Aracaju) e -0,3 p.p. (Recife). Apenas duas capitais, Fortaleza (+0,2 p.p.) e Salvador (+0,2 p.p.), tiveram impactos positivos no grupo habitação. Apesar de energia elétrica residencial ter uma variação negativa em Fortaleza (variação de -11,6% e impacto de -0,5 p.p.) e Salvador (variação de -13,8% e impacto de -0,5 p.p.), os aumentos em gás butano (+8,9% - Fortaleza e +19,5% - Salvador) e encargos e manutenção (+6,7% - Fortaleza e +6,1% - Salvador), provocaram o resultado positivo no grupo. Cabe destacar que as duas capitais é que tiveram as menores reduções no item energia. Nas outras, ela variou de -18,6% (Aracaju) a -28,1% (São Luís).

A Inflação em doze meses, terminados em setembro: Alimentação e bebidas, vestuário e saúde e cuidados pessoais, representam 69,5% do IPCA em doze meses terminados em setembro, da Região Nordeste, 63,4% do índice nacional. Os três grupos, variam nas capitais nordestinas pesquisadas, entre 61,0% (Fortaleza) e 81,9% (São Luís).

No grupo alimentação e bebidas, do IPCA nordestino, a variação nos dois subgrupos foram: alimentação no domicílio (variação de +14,5% e impacto de +2,7 p.p.) e alimentação fora do domicílio (variação de +7,2% e impacto de +0,4 p.p.). Os principais impactos, vêm do leite e derivados (variação de +33,8% e impacto de +0,8 p.p.), panificados (variação de +20,4% e impacto de +0,4 p.p.), frutas (variação de +26,4% e impacto de +0,3 p.p.), aves e ovos (+11,7% e impacto de +0,3 p.p.), café moído (variação de +39,2% e impacto de +0,2 p.p.), tubérculos, raízes e legumes (variação de +31,5% e impacto de +0,3 p.p.) e refeição (variação de +7,2% e impacto de +0,3 p.p.). Roupas (variação de +22,8% e impacto de +0,8 p.p.) e calçados (variação de +20,9% e impacto de +0,3 p.p.), são os destaques em vestuário. No grupo saúde e cuidados

peçoais, higiene pessoal (variação de +11,0% e impacto de +0,6 p.p.) é a principal variação, seguida por produtos farmacêuticos (variação de +13,1% e impacto de +0,5 p.p.) e serviços de saúde (variação de +3,8% e impacto de +0,2 p.p.).

Tabela 4 – IPCA em 12 Meses Terminados em setembro 2022 – Nordeste e Capitais Seleccionadas - % e pontos percentuais (p.p.) de impactos

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	6,88	6,79	8,87	7,75	7,14	7,70	7,17
Alimentação e Bebidas (p.p.)	2,60	2,97	3,23	2,78	3,56	3,05	2,54
Habitação (p.p.)	0,62	-0,40	0,58	-0,07	-0,35	0,19	0,26
Artigos de Residência (p.p.)	0,48	0,54	0,47	0,37	0,55	0,49	0,44
Vestuário (p.p.)	0,66	1,08	1,40	1,48	1,12	1,15	0,87
Transportes (p.p.)	0,78	0,48	0,99	0,67	0,40	0,74	0,73
Saúde e Cuidados Pessoais (p.p.)	0,94	1,25	1,15	1,48	1,18	1,16	1,13
Despesas Pessoais (p.p.)	0,42	0,57	0,66	0,55	0,49	0,56	0,81
Educação (p.p.)	0,46	0,38	0,47	0,53	0,31	0,44	0,39
Comunicação (p.p.)	-0,08	-0,07	-0,07	-0,05	-0,11	-0,07	-0,01

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2022). Notas: índice geral (%), variação nos grupos em pontos percentuais (p.p.).

Nas cinco capitais nordestinas pesquisadas, alimentação e bebidas, é o grupo que gerou mais impacto no índice geral. Sua participação no índice geral de cada capital vai de 35,9% (Aracaju) a 49,6% (São Luís). A participação dos outros dois principais grupos em impactos (vestuário e saúde e cuidados pessoais), vai de 23,3% (Fortaleza) a 38,2% (Aracaju). Habitação tem variação positiva em duas capitais, Fortaleza (variação de +3,8%) e Salvador (+4,3%). Apesar de energia residencial ter variação negativa, -11,2% (Fortaleza, impacto de -0,5 p.p.) e -11,9% (Salvador, impacto de -0,5 p.p.), os aumentos em encargos e manutenção (+9,7%, Fortaleza e +9,3%, Salvador) e gás butano (+16,8%, Fortaleza e +25,4%, Salvador), compensaram a redução em energia residencial.

O grupo comunicação, foi o único com impacto negativo em todas as capitais nordestinas pesquisadas. Variou de -0,3% (Aracaju) a -1,7% (Fortaleza). O principal fator para a redução foi o acesso à internet (variação de -12,3% e impacto de -0,1 p.p.). Este item, variou de -11,0% (São Luís e Fortaleza) a -13,2% (Salvador).

12 Cesta Básica

A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais, conforme o Decreto-Lei 399/38, ainda em vigor. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS 2019), 49,3% dos trabalhadores cadastrados ganham até dois salários mínimos, no Brasil, e 61,4%, no Nordeste. Pelos dados da PNAD (IBGE – Pesquisa Nacional de Amostra de domicílios – 2015), pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos, 62,3% ganham até dois salários mínimos, no Brasil, e 72,6% no Nordeste. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios, por Faixa de Remuneração – Rais 2019

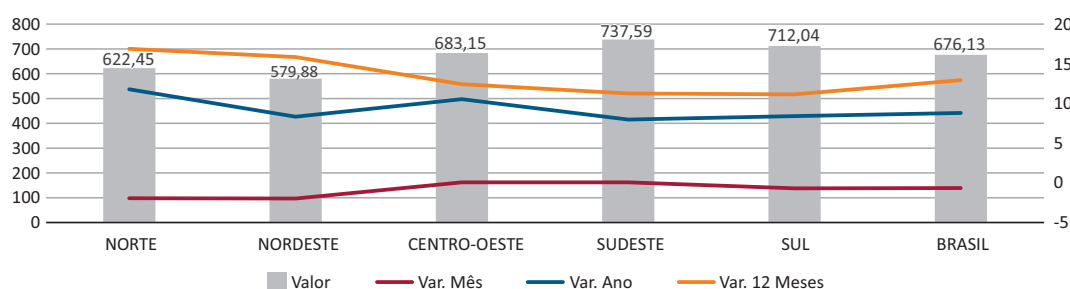
Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	7,7	44,6	15,1	67,4
Nordeste	11,1	50,3	11,9	73,3
Sudeste	4,4	41,6	18,3	64,3
Sul	4,9	41,0	21,0	66,9
Centro-Oeste	5,8	41,7	15,4	62,9
Brasil	6,0	43,3	17,2	66,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Rais 2020, Ministério da Economia.
Nota: SM – salário mínimo.

Evolução de 2021 para 2022: A variação da cesta básica nordestina em 2021, até setembro, estava positiva (+2,4%), com o valor de R\$ 500,59. A variação em doze meses situava-se em +8,9%. Em 2022, até setembro, a cesta básica regional passa a custar R\$ 579,88, +15,8% maior que o preço vigente em setembro de 2021. A cesta cresceu nesses nove meses, +8,3%, cenário muito diferente do ano anterior.

Evolução em 2022: O Nordeste tem a maior deflação no mês (-1,98%). No ano (+8,3%), só não é menor que o Sudeste (+8,0%). Contudo, em doze meses terminados em setembro (+15,8%), tem a segunda maior variação da cesta básica, só perdendo para a Região Norte (+16,9%).

Gráfico 1 – Valor (R\$) da cesta básica e variações (%) – Setembro, Ano e em Doze Meses - Brasil e Regiões – 2022



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. (2022)

Como exercício, comparou-se a variação dos produtos da Cesta Básica nordestina com o subgrupo Alimentação dentro do domicílio, do IPCA nordestino. Antes de comentar as diferenças entre os resultados, cabe destacar as peculiaridades entre cada pesquisa. As capitais pesquisadas pelo Dieese, são Fortaleza, Recife, Salvador, Aracaju, Natal e João Pessoa. As duas últimas, não fazem parte da pesquisa do IBGE. No IPCA, além das quatro primeiras cidades pesquisadas pelo Dieese, o IBGE inclui São Luís. No mês, a variação da cesta básica pelo Dieese, é menor em 1,04%. No ano, 1,10%, mas em doze meses terminados em setembro, a cesta básica é maior que a variação dos produtos no grupo alimentação dentro do domicílio, em 3,71%.

A carne, que é o produto com maior participação na cesta básica, tem variações parecidas na cesta e no IPCA. Isso não ocorre com o tomate, o café e a banana, as variações são muito diferentes. Enquanto no ano, o impacto do tomate na cesta básica foi de -4,0 p.p., no IPCA, foi apenas -0,9 p.p.. A banana teve um impacto de +0,6 p.p. no IPCA, e +1,6 p.p., na cesta.

Tabela 2 – Comparação dos produtos da cesta básica e do IPCA, Nordeste, índice geral (%) e impactos das variações dos produtos (pontos percentuais – p.p), setembro, ano e em doze meses terminados em setembro.

Produtos	IPCA - Alimentação dentro do domicílio			Cesta Básica		
	Mês	Ano	12 Meses	Mês	Ano	12 Meses
Carne (p.p.)	-0,33	-0,16	0,07	-0,49	-0,00	0,27
Leite (p.p.)	-0,09	3,39	3,46	0,19	3,38	3,52
Feijão (p.p.)	-0,02	0,05	0,03	-0,41	1,75	1,41
Arroz (p.p.)	-0,02	0,25	-0,10	-0,07	-0,07	(0,24)
Farinha (p.p.)	0,06	0,65	0,77	-0,01	0,66	0,87
Tomate (p.p.)	-0,21	-0,85	-0,22	-1,05	-4,00	1,93
Pão (p.p.)	0,04	3,61	3,40	0,14	3,04	3,22
Café (p.p.)	-0,07	1,07	2,54	-0,05	0,25	0,74
Banana (p.p.)	0,00	0,61	0,70	-0,06	1,59	1,84
Açúcar (p.p.)	-0,01	0,09	0,40	-0,11	0,17	0,36
Óleo (p.p.)	-0,32	0,36	0,66	-0,16	0,06	0,13
Manteiga (p.p.)	0,01	0,36	0,43	0,09	1,51	1,81
Índice Geral (%)	(0,94)	9,43	12,14	(1,98)	8,33	15,84

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese. (2022)

No mês de setembro, Natal (+0,1%) é a única capital nordestina que está entre as primeiras posições (3º). Apenas cinco capitais tiveram variação positiva em suas cestas. Salvador (-2,9%), Recife (-3,0%) e Aracaju (-3,9%) ocupam as últimas posições. Fortaleza (-1,0%) e João Pessoa (-1,0%) também tiveram decréscimos em suas cestas.

No ano, Fortaleza tem a menor variação no Nordeste (+7,2%), Salvador é a segunda (+8,1%). A maior variação é de João Pessoa (+10,1%), seguida por Natal (+9,8%) e Recife (+9,0%). Aracaju (+8,5%) e Salvador (+8,1%), estão um pouco abaixo. A variação no ano, ficou entre +3,7% (Vitória) e +10,6% (Brasília).

Nos doze meses terminados em setembro, as quatro primeiras posições são ocupadas por capitais nordestinas: Recife (+18,5%), João Pessoa (+18,0%), Natal (+17,9%) e Salvador (+17,0%). As outras capitais nordestinas têm variações de +14,4% (Aracaju) e +12,5% (Fortaleza).

Tabela 3 – Valor e Variação da Cesta Básica na Região Nordeste – Setembro, ano e em Doze meses – 2022

Capitais/Região	Valor	% - Mês	% - 12 Meses	Ano
FORTALEZA	620,87	-1,0	12,5	7,2
ARACAJU	518,68	-3,9	14,2	8,5
JOÃO PESSOA	562,32	-1,0	18,0	10,1
NATAL	581,53	0,1	17,9	9,8
RECIFE	580,01	-3,0	18,5	8,9
SALVADOR	560,31	-2,9	17,0	8,1
NORDESTE	579,88	-2,0	15,8	8,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

A redução em quatro itens (tomate, carne, feijão e óleo de soja), no mês de setembro, geraram impactos acima do índice geral (-2,1 p.p.). Esses impactos foram contrabalançados pelos aumentos no

leite e no pão (+0,3 p.p.). A maior redução é do tomate (variação de -10,1% e impacto de -1,1 p.p.), seguido pela carne (variação de -1,4% e impacto de -0,5 p.p.).

Os maiores impactos positivos, no ano, vêm de quatro itens: leite, pão, feijão e banana, que superam o índice geral (+9,8 p.p. para +8,3 p.p.). O tomate é que equaliza a equação com uma variação de -26,3% e impacto de -4,0 p.p.. A maior variação positiva é do leite (+59,9% e impacto de +3,4 p.p.), seguido pelo pão (variação de +22,0% e impacto de 3,0 p.p.).

Tabela 4 – Variação (%) e Impactos (p.p.) até setembro de 2022

Cesta Básica - Nordeste	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste
Índice Geral (%)	8,5	7,2	10,1	9,8	8,9	8,1	8,3
Carne (p.p.)	-1,3	1,2	0,5	1,6	-0,4	-1,4	(0,0)
Pão (p.p.)	3,3	3,4	1,7	2,5	1,7	3,9	3,0
Banana (p.p.)	1,7	1,8	1,6	1,9	1,0	1,6	1,6
Tomate (p.p.)	-3,6	-5,7	-2,6	-3,6	-1,2	-4,6	(4,0)
Leite (p.p.)	3,6	3,1	3,8	3,3	3,5	4,1	3,4
Manteiga (p.p.)	1,6	1,1	1,8	1,3	1,3	1,9	1,5
Feijão (p.p.)	1,7	1,4	1,7	1,6	1,9	2,0	1,8
Arroz, Farinha e Batata (p.p.)	1,1	0,6	1,0	0,5	0,4	0,4	0,6
Açúcar, Café e Óleo (p.p.)	0,5	0,3	0,5	0,6	0,8	0,3	0,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Dieese.

Nos doze meses terminados em setembro, a cesta básica nordestina variou +15,8%, enquanto o grupo alimentação no domicílio, do IPCA regional, variou +14,5%, no mesmo período. Cabe observar que o índice geral do IPCA na Região está +7,7%. Dados que atestam as perdas sofridas para as classes menos abastadas, que ganham até dois salários mínimos, em que estão 61,4% dos trabalhadores nordestinos cadastrados na Rais, 2019.

A variação em 12 meses de +15,8%, na cesta nordestina, pode ser detalhada, em termos de importância, nos impactos do leite (+63,2% e impacto de +3,5 p.p.), pão (+23,4% e impacto de 3,2 p.p.), a banana (+24,3% e impacto de 1,8 p.p.), o tomate (+13,5% e impacto de +1,9 p.p.) e a manteiga (+26,5% e impacto de +1,8 p.p.). Juntos, representam 77,7% da variação na cesta.

Partindo dos quatro produtos que geraram os maiores impactos no ano, selecionou-se as capitais com as maiores, e menores, variações. **No mês:** leite (+3,6%, Recife e -7,3%, Aracaju), pão (+11,6%, Recife e -0,5%, Salvador), banana (+4,4%, João Pessoa e -5,6%, Recife) e feijão (-3,6%, Fortaleza e -8,2%, Recife); **no ano:** leite (+64,4%, Recife e +54,3%, Natal), pão (+27,5%, Salvador e +12,4%, João Pessoa), banana (+25,9%, Natal e +12,9%, Recife) e feijão (+29,9%, Salvador e +22,9%, João Pessoa); **em 12 meses:** leite (+74,8%, Recife e +53,3%, Aracaju), pão (+31,2%, Salvador e +16,1%, João Pessoa), banana (+37,4%, Recife e +14,5%, Fortaleza) e feijão (+27,2%, Salvador e +18,3%, Fortaleza).

